

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	117
	119

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	233
Preferenciais	1.132
Total	1.365

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo	20/05/2011	Preferencial		2,91388
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo	20/05/2011	Ordinária		2,64899
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/05/2011	Ordinária		0,37437
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/05/2011	Preferencial		0,41181
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo		Ordinária		0,49076
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo		Preferencial		0,53984
Assembléia Geral Ordinária	13/09/2011	Dividendo		Ordinária		0,31905
Assembléia Geral Ordinária	13/09/2011	Dividendo		Preferencial		0,35096
Assembléia Geral Ordinária	13/09/2011	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		1,04294
Assembléia Geral Ordinária	13/09/2011	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		1,14723

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	52.866.240	19.600.980
1.01	Ativo Circulante	5.053.740	4.374.823
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.124.813	1.089.089
1.01.01.01	Caixa e contas Bancárias	168	4.257
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.124.645	1.084.832
1.01.03	Contas a Receber	2.604.057	2.356.013
1.01.03.01	Clientes	2.604.057	2.356.013
1.01.04	Estoques	33.334	35.102
1.01.06	Tributos a Recuperar	906.301	480.691
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	906.301	480.691
1.01.07	Despesas Antecipadas	90.078	40.623
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	295.157	373.305
1.01.08.03	Outros	295.157	373.305
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	182.579	208.696
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	2.872	166
1.01.08.03.05	Outros ativos -Cp	109.706	164.443
1.02	Ativo Não Circulante	47.812.500	15.226.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.948.453	2.652.836
1.02.01.06	Tributos Diferidos	477.259	501.354
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	477.259	501.354
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	18.218	24.647
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	34.973	33.847
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.662	630
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	16.875	17.438
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	16.436	15.779
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.418.003	2.092.988
1.02.01.09.03	Aplicações capitalizáveis	114.000	0
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	1.896.002	1.696.417
1.02.01.09.05	Operações com derivativos	15.861	0
1.02.01.09.06	Tributos a recuperar	299.996	320.720
1.02.01.09.08	Outros ativos - lp	92.144	75.851
1.02.02	Investimentos	34.842.529	2.370.573
1.02.02.01	Participações Societárias	34.842.529	2.370.573
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.670.632	1.137.117
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	117.831	129.154
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.054.066	1.104.302
1.02.03	Imobilizado	9.416.978	9.575.959
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.725.577	8.873.374
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	691.401	702.585
1.02.04	Intangível	604.540	626.789
1.02.04.01	Intangíveis	604.540	626.789
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	604.540	626.789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	52.866.240	19.600.980
2.01	Passivo Circulante	7.279.533	5.390.640
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	291.840	299.877
2.01.01.01	Obrigações Sociais	152.306	97.752
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	139.534	202.125
2.01.02	Fornecedores	2.307.530	2.568.077
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.307.212	2.567.886
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	318	191
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.033.144	929.829
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	342.544	309.133
2.01.03.01.02	Outras obrigações federais	342.544	309.133
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	686.776	613.244
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.824	7.452
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	827.624	420.412
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	419.207	420.412
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	413.522	415.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.685	5.255
2.01.04.02	Debêntures	408.417	0
2.01.05	Outras Obrigações	2.532.960	932.232
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	118.656	117.615
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	118.656	117.615
2.01.05.02	Outros	2.414.304	814.617
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.009.194	450.897
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	11.983	9.502
2.01.05.02.05	Receita Diferida	84.824	93.518
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	308.303	260.700
2.01.06	Provisões	286.435	240.213
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	286.435	240.213
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	247.793	201.571
2.02	Passivo Não Circulante	3.099.764	2.543.226
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.919.158	1.405.314
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.095.395	1.405.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.087.427	1.393.265
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	7.968	12.049
2.02.01.02	Debêntures	823.763	0
2.02.02	Outras Obrigações	238.083	226.745
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.259	17.140
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.259	17.140
2.02.02.02	Outros	231.824	209.605
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	15.289	18.542
2.02.02.02.04	Otras Obrigações	183.561	164.277
2.02.02.02.05	Impostos taxas e contribuições	32.974	26.786
2.02.04	Provisões	899.449	875.947
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	899.449	875.947
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	91.183	92.924

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	343.551	326.587
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	232.896	219.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	218.811	224.574
2.02.04.01.05	Provisões Para desmantelamento	13.008	12.862
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	43.074	35.220
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	43.074	35.220
2.02.06.02.01	Receita diferida - LP	43.074	35.220
2.03	Patrimônio Líquido	42.486.943	11.667.114
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.706.988	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-62.087	-17.719
2.03.02.07	Premio na aquisição de participação de não controladores	-29.929	0
2.03.04	Reservas de Lucros	659.556	2.353.655
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	659.556	659.556
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.694.099
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.316.997	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.292	4.417

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.822.196	11.256.586	3.668.039	10.894.066
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.456.837	-6.846.700	-2.006.144	-5.866.440
3.03	Resultado Bruto	1.365.359	4.409.886	1.661.895	5.027.626
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-265.504	-1.236.710	-825.607	-2.341.320
3.04.01	Despesas com Vendas	-658.430	-1.980.598	-622.740	-1.815.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-186.320	-560.085	-177.735	-538.852
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	59.765	402.165	87.758	477.056
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-80.834	-317.159	-66.399	-334.412
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	600.315	1.218.967	-46.491	-129.770
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.099.855	3.173.176	836.288	2.686.306
3.06	Resultado Financeiro	-21.158	-32.155	-27.256	-126.985
3.06.01	Receitas Financeiras	182.401	407.360	59.048	228.551
3.06.02	Despesas Financeiras	-203.559	-439.515	-86.304	-355.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.078.697	3.141.021	809.032	2.559.321
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	252.402	-247.621	-161.595	-778.525
3.08.01	Corrente	264.545	-226.245	-171.352	-777.655
3.08.02	Diferido	-12.143	-21.376	9.757	-870
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.331.099	2.893.400	647.437	1.780.796
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.331.099	2.893.400	647.437	1.780.796
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,45000	3,15000	1,20000	3,30000
3.99.01.02	PN	1,59000	3,46000	1,32000	3,63000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,45000	3,15000	1,20000	3,30000
3.99.02.02	PN	1,59000	3,46000	1,32000	3,63000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.331.099	2.893.400	647.435	1.780.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.411	875	-609	-96.054
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	-10.080	-7.999	-3.200	-120.879
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	3.427	2.720	1.088	41.099
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	0	0	1	-17.598
4.02.04	Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos	0	0	0	5.984
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	5.242	6.154	1.502	-4.660
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.329.688	2.894.275	646.826	1.684.742

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.357.499	3.144.105
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.666.912	4.310.570
6.01.01.01	Lucros antes dos impostos	3.141.021	2.559.321
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	1.431.705	1.218.587
6.01.01.03	Variações cambias de empréstimos	38.152	-341
6.01.01.04	Variações monetárias	-47.836	23.120
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-1.218.968	129.770
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuizo na baixa de bens	-82.238	-68.605
6.01.01.07	Provisão para credito de liquidação duvidosa	229.249	263.598
6.01.01.08	Pensão e outras beneficios pós-aposentadoria	-8.514	11.412
6.01.01.09	Provisões tributarias, trabalhistas e civeis	49.819	-18.369
6.01.01.10	Despesas de juros	122.651	193.442
6.01.01.11	Provisões para desmantelamento	146	82
6.01.01.13	Outros	11.725	-1.447
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.309.413	-1.166.465
6.01.02.01	Contas a receber de clientes liquidos	-477.292	-96.969
6.01.02.02	Estoques	1.768	-8.718
6.01.02.03	Outros Ativos circulantes	-4.924	-46.271
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	-228.276	-172.760
6.01.02.05	Pessoal, encargo e beneficios	-8.037	98.167
6.01.02.06	Contas a pagar e despesas provisionadas	172.739	-37.925
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	109.501	12.837
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-186.134	52.018
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	13.005	-6.341
6.01.02.10	Juros pagos	-123.691	-219.016
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-578.072	-741.487
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.638.464	-1.400.702
6.02.01	Aumento de capital de coligadas e subsidiárias	0	-143.594
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível liquido de doações	-1.762.790	-1.410.141
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilado	124.326	25.848
6.02.04	Caixa recebido na venda de investimento	0	127.185
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-683.311	-2.502.713
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debentures	-1.046.057	-1.640.871
6.03.02	Captação de empréstimos	1.924.613	74.275
6.03.03	Pagamento liquido dos contratos de derivativos	41.058	-8.281
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.524.706	-927.836
6.03.05	Aquisição de participação de não controladores	-33.850	0
6.03.06	Recompra de ação em tesouraria	-44.369	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	35.724	-759.310
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.089.089	1.997.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.124.813	1.238.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.222.630	-26.574	0	-3.270.502	0	27.925.554
5.04.01	Aumentos de Capital	31.222.630	47.723	0	0	0	31.270.353
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-44.368	0	0	0	-44.368
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-382.400	0	-382.400
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.062.500	0	-1.062.500
5.04.08	Imposto de Renda sobre juros sobre capital próprio	0	0	0	-187.500	0	-29.929
5.04.09	Premio na aquisição de ações da Lemontree	0	-29.929	0	0	0	-187.500
5.04.10	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	0	0	0	55.997	0	55.997
5.04.11	Dividendos adicionais propostos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.893.400	875	2.894.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.893.400	0	2.893.400
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	875	875
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.670.488	659.556	1.305.961	88.817	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.670.488	659.556	1.305.961	88.817	11.300.302
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.838.001	0	-1.838.001
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.448.001	0	-1.448.001
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-331.500	0	-331.500
5.04.08	Imposto de renda sobre juros sobre capitap próprio	0	0	0	-58.500	0	-58.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.827.746	-96.055	1.731.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.827.746	0	1.827.746
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-96.055	-96.055
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.670.488	659.556	1.295.706	-7.238	11.193.992

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	15.594.578	15.128.595
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	15.421.584	14.915.137
7.01.02	Outras Receitas	402.243	477.056
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-229.249	-263.598
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.074.380	-6.064.146
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.927.212	-4.182.108
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.016.052	-1.653.248
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-42.088	-35.761
7.02.04	Outros	-89.028	-193.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.520.198	9.064.449
7.04	Retenções	-1.431.705	-1.218.587
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.431.705	-1.218.587
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.088.493	7.845.862
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.626.327	98.781
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.218.967	-129.770
7.06.02	Receitas Financeiras	407.360	228.551
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.714.820	7.944.643
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.714.820	7.944.643
7.08.01	Pessoal	543.448	474.690
7.08.01.01	Remuneração Direta	401.152	366.198
7.08.01.02	Benefícios	101.362	60.525
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.678	29.930
7.08.01.04	Outros	7.256	18.037
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.346.939	4.937.518
7.08.02.01	Federais	1.102.155	1.597.887
7.08.02.02	Estaduais	3.209.780	3.302.254
7.08.02.03	Municipais	35.004	37.377
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	748.415	632.175
7.08.03.01	Juros	148.706	300.815
7.08.03.02	Aluguéis	311.431	279.529
7.08.03.03	Outras	288.278	51.831
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.250.000	390.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.250.000	390.000
7.08.05	Outros	1.826.018	1.510.260
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e cíveis, liquidas	182.618	119.464
7.08.05.02	Lucros retidos	1.643.400	1.390.796

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	67.845.263	19.966.294
1.01	Ativo Circulante	11.874.595	5.147.449
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.133.550	1.556.715
1.01.01.01	Caixas e contas bancárias	31.617	8.930
1.01.01.02	Aplicações financeiras	3.101.933	1.547.785
1.01.03	Contas a Receber	5.018.011	2.546.225
1.01.03.01	Clientes	5.018.011	2.546.225
1.01.04	Estoques	496.797	77.499
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.274.976	659.357
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.274.976	659.357
1.01.07	Despesas Antecipadas	405.870	41.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	545.391	266.281
1.01.08.03	Outros	545.391	266.281
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	43.977	95.452
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	2.872	166
1.01.08.03.03	Depositos Judiciais	129.186	0
1.01.08.03.04	Outros ativos - CP	369.356	170.663
1.02	Ativo Não Circulante	55.970.668	14.818.845
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.999.914	2.786.837
1.02.01.03	Contas a Receber	83.167	67.343
1.02.01.03.01	Clientes	83.167	67.343
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	503.679
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	503.679
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	39.462	24.647
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.232	16.943
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.796	747
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	16.436	15.779
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	417
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.859.053	2.174.225
1.02.01.09.04	Depositos judiciais	3.265.611	1.710.683
1.02.01.09.05	Operações com derivativos	140.369	0
1.02.01.09.06	Tributos a recuperar	1.192.464	326.677
1.02.01.09.07	Aplicações financeiras em garantias	106.968	0
1.02.01.09.08	Outros ativos - LP	153.641	136.865
1.02.02	Investimentos	35.066	100.837
1.02.02.01	Participações Societárias	35.066	100.837
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	35.066	100.837
1.02.03	Imobilizado	16.403.063	10.200.697
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.182.281	9.393.228
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.220.782	807.469
1.02.04	Intangível	34.532.625	1.730.474
1.02.04.01	Intangíveis	34.532.625	1.730.474
1.02.04.01.02	Outros intangíveis	34.532.625	1.730.474

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	67.845.263	19.966.294
2.01	Passivo Circulante	14.520.961	5.719.846
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	571.951	307.245
2.01.01.01	Obrigações Sociais	203.801	101.021
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	368.150	206.224
2.01.02	Fornecedores	4.923.321	2.832.157
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.920.096	2.829.207
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	3.225	2.950
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.954.508	972.123
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	711.005	328.294
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	132.225	1.329
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	578.780	326.965
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.202.273	635.358
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	41.230	8.471
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.283.627	420.412
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	875.210	420.412
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	841.101	415.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.109	5.255
2.01.04.02	Debêntures	408.417	0
2.01.05	Outras Obrigações	5.374.484	947.696
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.451	120.981
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	47.451	120.981
2.01.05.02	Outros	5.327.033	826.715
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.230.427	450.897
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	42.844	9.502
2.01.05.02.05	Receita diferida - CP	694.091	103.339
2.01.05.02.06	Licenças de autorização	715.087	0
2.01.05.02.07	Outras obrigações	644.584	262.977
2.01.06	Provisões	413.070	240.213
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	413.070	240.213
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.313	0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	77.819	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	331.938	201.571
2.02	Passivo Não Circulante	10.832.646	2.579.334
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.741.964	1.405.314
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.853.659	1.405.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.212.782	1.393.265
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	640.877	12.049
2.02.01.02	Debêntures	888.305	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.840.511	234.052
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.227	10.738
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5.227	10.738
2.02.02.02	Outros	1.835.284	223.314
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	66.050	18.542
2.02.02.02.04	Impostos taxas e contribuições	1.558.053	38.707
2.02.02.02.05	Outras obrigações - LP	211.181	166.065

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.03	Tributos Diferidos	3.470.959	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.470.959	0
2.02.04	Provisões	1.653.783	901.568
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.653.783	901.568
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	138.687	93.519
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	408.838	327.749
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	253.482	219.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	327.970	244.588
2.02.04.01.05	Provisão para desmantelamento	254.840	16.712
2.02.04.01.06	Passivo contingente	269.966	0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	125.429	38.400
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	125.429	38.400
2.02.06.02.01	Receita diferida - LP	125.429	38.400
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.491.656	11.667.114
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.706.988	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.799.004	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-62.087	-17.719
2.03.02.07	Premio na aquisição de participação de não controladores	-29.929	0
2.03.04	Reservas de Lucros	659.556	2.353.655
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	659.556	659.556
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.694.099
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	1.316.997	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	5.292	4.417
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.713	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.261.810	20.459.061	3.965.111	11.753.402
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.229.856	-10.520.695	-2.356.052	-6.682.469
3.03	Resultado Bruto	4.031.954	9.938.366	1.609.059	5.070.933
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.603.404	-6.126.323	-785.928	-2.414.268
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.966.745	-4.596.966	-658.486	-1.943.256
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-661.899	-1.722.748	-136.906	-589.743
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	195.992	718.529	95.260	489.501
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-170.752	-525.138	-81.394	-374.571
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-4.402	3.801
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.428.550	3.812.043	823.131	2.656.665
3.06	Resultado Financeiro	-40.673	-46.186	-13.129	-88.122
3.06.01	Receitas Financeiras	382.143	807.733	76.145	274.393
3.06.02	Despesas Financeiras	-422.816	-853.919	-89.274	-362.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.387.877	3.765.857	810.002	2.568.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-55.658	-865.931	-162.565	-787.747
3.08.01	Corrente	-7.732	-775.088	-175.625	-790.181
3.08.02	Diferido	-47.926	-90.843	13.060	2.434
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.332.219	2.899.926	647.437	1.780.796
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.332.219	2.899.926	647.437	1.780.796
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.331.099	2.893.400	647.437	1.780.796
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.120	6.526	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,45000	3,15000	1,20000	3,30000
3.99.01.02	PN	1,59000	3,46000	1,32000	3,63000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,45000	3,15000	1,20000	3,30000
3.99.02.02	PN	1,59000	3,46000	1,32000	3,63000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.332.219	2.899.926	647.435	1.780.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.411	875	-609	-96.054
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis pra venda	-10.080	-7.999	-3.200	-120.879
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda	3.427	2.720	1.088	41.099
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos superavitários	0	0	1	-17.598
4.02.04	Impostos sobre ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos dos planos	0	0	0	5.984
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações em moedas estrangeiras	5.242	6.154	1.502	-4.660
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.330.808	2.900.801	646.826	1.684.742
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.329.688	2.894.275	646.826	1.684.742
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.120	6.526	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	5.481.665	3.170.983
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.764.397	4.421.419
6.01.01.01	Lucros antes dos impostos	3.765.857	2.568.543
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	3.263.737	1.392.187
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	51.344	-341
6.01.01.04	Variações monetárias	-46.099	25.743
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	0	-3.801
6.01.01.06	(Lucros)/prejuizos na baixa de bens	-105.227	-76.085
6.01.01.07	Provisão para credito de liquidação duvidosa	369.073	316.281
6.01.01.08	Pensão e outros beneficios pós-aposentadoria	-10.458	10.894
6.01.01.09	Provisões Tributárias, trabalhistas e Cíveis	104.647	-6.363
6.01.01.10	Despesas de juros	285.420	193.442
6.01.01.11	Provisão para desmantelamento	-485	295
6.01.01.12	Provisões de programa de fidelização	5.854	0
6.01.01.13	Outros	80.734	624
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.282.732	-1.250.436
6.01.02.01	Contas a receber de clientes liquidos	-709.458	-76.070
6.01.02.02	Estoque	-83.293	-20.720
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	167.863	-78.258
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	-55.830	-172.474
6.01.02.05	Pessoal encargos e beneficios	19.419	99.145
6.01.02.06	Contas a pagar e despesas provisionadas	-177.555	-50.116
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	174.923	-18.977
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-240.832	46.703
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	-2.404	-6.655
6.01.02.10	Juros pagos	-343.439	-219.016
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.032.126	-753.998
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-750.937	-1.312.343
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível liquido de doações	-2.938.740	-1.516.776
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	173.810	25.980
6.02.04	Caixa recebido na venda de investimento	0	178.453
6.02.05	Caixa e equivalentes de caixa por consolidação de sociedades	31.095	0
6.02.06	Caixa e equivalentes de caixa por combinação de negócios	1.982.898	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.153.893	-2.502.713
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debentures	-1.234.277	-1.640.871
6.03.02	Captação de empréstimos	758.908	74.275
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	39.273	-8.281
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-2.639.578	-927.836
6.03.05	Aquisição de participação de não controladores	-33.850	0
6.03.06	Precompra de ação em tesouraria	-44.369	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.576.835	-644.073
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.556.715	2.277.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.133.550	1.632.943

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.222.630	-26.574	0	-3.270.502	0	27.925.554	-1.813	27.923.741
5.04.01	Aumentos de Capital	31.222.630	47.723	0	0	0	31.270.353	0	31.270.353
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-44.368	0	0	0	-44.368	0	-44.368
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-382.400	0	-382.400	0	-382.400
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.062.500	0	-1.062.500	0	-1.062.500
5.04.08	Imposto de Renda sobre juros sobre capital próprio	0	0	0	-187.500	0	-187.500	-3.920	-33.849
5.04.09	Premio na aquisição de ações da Lemontree	0	-29.929	0	0	0	-29.929	0	-187.500
5.04.10	Dividendos e juros sobre capital proprio prescritos, liquido de impostos	0	0	0	55.997	0	55.997	0	55.997
5.04.11	Participações dos acionistas não controladores na consolidação inicial	0	0	0	0	0	0	2.107	2.107
5.04.12	Dividendos adicionais propostos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.893.400	875	2.894.275	6.526	2.900.801
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.893.400	0	2.893.400	6.526	2.900.801
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	875	875	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943	4.713	42.491.656

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.670.488	659.556	1.305.961	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.670.488	659.556	1.305.961	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.838.001	0	-1.838.001	0	-1.838.001
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.448.001	0	-1.448.001	0	-1.448.001
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-331.500	0	-331.500	0	-331.500
5.04.09	Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	0	0	0	-58.500	0	-58.500	0	-58.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.827.746	-96.055	1.731.691	0	1.731.691
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.827.746	0	1.827.746	0	1.827.746
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-96.055	-96.055	0	-96.055
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.670.488	659.556	1.295.706	-7.238	11.193.992	0	11.193.992

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	28.298.952	16.131.932
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	27.944.507	15.940.938
7.01.02	Outras Receitas	723.518	507.275
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-369.073	-316.281
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.412.289	-6.726.290
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.067.368	-4.509.893
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.800.566	-1.951.404
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-68.572	-37.725
7.02.04	Outros	-475.783	-227.268
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.886.663	9.405.642
7.04	Retenções	-3.263.737	-1.392.187
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.263.737	-1.392.187
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11.622.926	8.013.455
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	807.733	278.194
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	3.801
7.06.02	Receitas Financeiras	807.733	274.393
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.430.659	8.291.649
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.430.659	8.291.649
7.08.01	Pessoal	1.011.103	500.081
7.08.01.01	Remuneração Direta	764.012	384.870
7.08.01.02	Benefícios	169.227	64.122
7.08.01.03	F.G.T.S.	62.785	31.493
7.08.01.04	Outros	15.079	19.596
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.456.613	5.031.782
7.08.02.01	Federais	3.185.577	1.663.346
7.08.02.02	Estaduais	3.210.061	3.302.269
7.08.02.03	Municipais	60.975	66.167
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.800.523	854.087
7.08.03.01	Juros	334.655	303.181
7.08.03.02	Aluguéis	944.208	494.875
7.08.03.03	Outras	521.660	56.031
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.250.000	390.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.250.000	390.000
7.08.05	Outros	1.912.420	1.515.699
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, liquidas	269.020	124.903
7.08.05.02	Lucros Retidos	1.649.926	1.390.796
7.08.05.03	Participação Minoritaria	-6.526	0

Comentário do Desempenho

Telefônica Brasil S.A.
(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp)
Comentário do Desempenho Consolidado
Valores em milhões de reais
Setembro de 2011

	Set/11 (a)	Set/10	Variação	
			%	R\$
ROL - Telefonia Fixa e Móvel	20.459,1	11.753,4	74,1	8.705,7
Gastos Operacionais (b)	(16.647,0)	(9.096,7)	83,0	(7.550,3)
Resultado Financeiro Líquido	(46,2)	(88,1)	(47,6)	41,9
IR e CSLL	(865,9)	(787,8)	9,9	(78,1)
Lucro Líquido do Período	2.899,9	1.780,8	62,8	1.119,1

(a) Consolidação de seis meses de resultado (Abril à Setembro) da Vivo.

(b) Compreende os saldos das notas 25, 26, 27 e 28, mais o resultado de equivalência patrimonial (nota12).

Para melhor entendimento, comentamos abaixo as principais variações do resultado consolidado da Telesp, excluindo os efeitos da consolidação da Vivo Participações.

1. Receita Operacional Líquida: no acumulado até setembro de 2011 foi de R\$20.459,1 milhões que, comparada aos R\$11.753,4 milhões no mesmo período do ano anterior, apresentou um aumento de R\$8.705,7 milhões, sendo R\$8.077,4 milhões pela consolidação das receitas da Vivo no período de abril à setembro de 2011. Os principais aumentos foram nas receitas de transmissão de dados (Speedy), nos serviços de TV por assinatura, principalmente pela consolidação dos resultados do negócio de TV por assinatura da TVA a partir do 2T11 e do crescimento da receita de telefonia de longa distância nacional, explicadas pelo maior tráfego de origem móvel com utilização do “15” (código de seleção de prestadora). Tais efeitos foram compensados pela redução das receitas de serviço local, devido principalmente migração de chamadas fixo-móvel para móvel-móvel e mix de entrada com ofertas mais adequadas ao perfil do cliente.
2. Gastos Operacionais: apresentaram um aumento de R\$7.550,3 ou 83,0%, com impacto de R\$5.735,3 de gastos operacionais da Vivo. As principais variações foram em: a) gastos com pessoal decorrente do crescimento do quadro de funcionários; b) serviços de terceiros, destacando o atendimento a clientes e manutenções da rede e terminais privativos e c) interconexão e uso de rede, motivado pelo incremento na base de clientes. Esse aumento foi compensado pela redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa explicado pela melhora da arrecadação e pelos efeitos da implementação do filtro de crédito de clientes.
3. Resultado Financeiro: melhorou em R\$41,9 milhões ou 47,6%, principalmente por menores juros de debêntures, liquidados em 2010.
4. Resultado Líquido: o acumulado até setembro de 2011 foi de R\$2.899,9 milhões, apresentando um aumento de 62,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação reflete o aumento do resultado operacional, devido

Comentário do Desempenho

principalmente pela consolidação com os saldos da Vivo e da melhora do resultado financeiro, compensados com a maior despesa de depreciação e amortização decorrente da alocação do Purchase Price Allocation (PPA – Alocação do Preço de Aquisição) no valor de R\$398,4 referente aquisição do controle da Vivo.

5. Investimentos

Os investimentos em banda larga e novos negócios foram intensificados através da expansão e modernização da nossa rede, da melhoria dos nossos sistemas e dos processos de relacionamento com nossos clientes.

Até 30 de setembro de 2011, foi investido pela Companhia, o montante consolidado de R\$3.455,8 milhões, sem considerar o primeiro trimestre de 2011 da Vivo Participações S.A.

6. Linhas em serviços ^(*) - em milhares

No segmento de telefonia fixa, finalizamos setembro de 2011 com um total de 11.090 mil linhas em serviço, sendo que destas, 69,22% são clientes residenciais, 14,33% comerciais e o restante refere-se a linhas públicas ^(**) e linhas de uso próprio.

No segmento de telefonia móvel, finalizamos setembro de 2011 com 67.038 mil acessos, sendo que destas, 77,09% de clientes pré-pagos e 22,91% de clientes pós-pagos.

No segmento de TV por assinatura, finalizamos setembro de 2011 com 692.670 mil usuários.

No segmento de banda larga, finalizamos setembro/11 com 3.550 mil clientes, sendo 97,21% de clientes Speedy e 2,79% de clientes Ajato.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

(**) A Companhia mantém uma planta de linhas públicas de 247.988 unidades, para atender a população do Estado de São Paulo e continuar mantendo as determinações do órgão regulador.

7. Eventos societários ocorridos em 2011

7.1 Aquisição da Vivo Participações pela Companhia

Em 27 de abril de 2011, em assembléia geral extraordinária, foi aprovada a incorporação de 100% das ações da Vivo Participações na Companhia pelo valor de R\$31.222.630 (notas 1.ºe e 4). As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Participações e sua controlada Vivo S.A. desde 1º de abril deste exercício. A Vivo Participações e sua controlada foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

7.2 Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A., TVA Sul Paraná S.A., Lemontree S.A. e Comercial Cabo TV São Paulo S.A. em suas demonstrações contábeis consolidadas

Comentário do Desempenho

pelo método de consolidação integral. Até o exercício anterior, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial. O efeito da consolidação dessas empresas é imaterial em relação às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, razão pela qual não foram reprocessadas as informações comparativas.

7.3 Aquisição de ações da Lemontree Participações S.A.

Em 29 de setembro de 2011 a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree Participações S.A e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo TV São Paulo S.A., sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree Participações S.A. e 93,19% na Comercial Cabo TV São Paulo.

7.4 Finalização do processo de integração societária

Em 03 de outubro de 2011 a razão social da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP foi alterada para Telefônica Brasil S.A.

8. ANATEL

8.1 Metas

As metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e telefonia móvel estão disponíveis para acompanhamento da Companhia na página eletrônica da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no endereço www.anatel.gov.br.

8.2 Contrato de concessão

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

8.3 Autorizações e freqüências relativas aos serviços de telefonia móvel

As autorizações de freqüências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais e, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

9. Reajustes tarifários de 2010

a) Tarifas Fixo-Fixo – Em 05 de outubro de 2010, por meio dos Atos 6.418 e 6.419, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel homologou o reajuste das tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 08 de outubro de 2010. Os incrementos das tarifas foram de 0,66%.

Comentário do Desempenho

b) Tarifas Fixo-Móvel – Em 09 de fevereiro de 2010, por meio do Ato 971, a ANATEL homologou reajuste de 0,98% para as chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) em toda a área de concessão da Telesp, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, foram reajustadas as tarifas de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC1, VC2 e VC3 em 0,67%. Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 13 de fevereiro de 2010.

10. Eventos subseqüentes

a) Incorporação da Vivo Participações S.A.

Em 03 de outubro de 2011, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Telefônica Brasil S. A., da Vivo Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, com a conseqüente extinção desta, bem como a alteração da denominação social da Companhia para Telefônica Brasil S.A.

b) Opção de compra das ações ordinárias GRT-T e Lemontree

Em 21 de outubro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que notificou a GTR Participações Ltda. de sua intenção de exercer a opção de compra das ações ordinárias da Lemontree Participações S.A. e das ações ordinárias da GTR-T Participações e Empreendimentos S.A., remanescentes de propriedade destas, correspondentes a 100% das ações ordinárias de tais companhias, sujeita a transferência das respectivas ações, mediante a aprovação prévia da ANATEL. Após a implementação desta operação, a Telefônica Brasil passará a ser a controladora da Comercial Cabo TV São Paulo S.A. e da TVA Sul Paraná S.A.

11. Informações adicionais

Para maiores detalhes do desempenho da Companhia consultar o “Press Release” que se encontra disponível no site www.telefonica.com.br.

Notas Explicativas

Telefônica Brasil S. A.

(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 30 de setembro de 2011
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (anteriormente denominada Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp), a seguir denominada “Companhia” ou “Telefônica Brasil”, tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Telefônica Brasil pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 30 de setembro de 2011, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (87,95% em 31 de dezembro de 2010, sendo 85,57% das ações ordinárias e 89,13% das ações preferenciais).

b. Operações

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e autorizações, respectivamente, outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 (notas 1.b.1 e 1.b.2 adiante). A Companhia e suas subsidiárias também possuem autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*), serviços de telefonia móvel (SMP, através da Vivo) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefonica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 e aguardam a definição das condições de pagamento para renovação pela Anatel.

b.1. Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição

Notas Explicativas

permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de setembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.578.158 (R\$6.925.052 em 31 de dezembro de 2010), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Em abril de 2011 foi pago o valor de R\$186.852 com base nas receitas de 2010.

b.2. Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

As controladas Vivo Participações S.A. e Vivo S.A. exploram serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal – SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

Nos leilões realizados pela ANATEL nos dias 14 e 15 de dezembro de 2010, a Vivo S.A. foi vencedora em 23 lotes ofertados para venda das subfaixas de sobras nas frequências de 900 e 1800 Mhz, em conformidade com o edital nº 002/2010/PVCP/SPV.

Em 28 de abril de 2011, em sua 604ª reunião realizada, o Conselho Diretor da ANATEL, decidiu, em relação ao edital de licitação da banda H e sobras (Edital da Licitação n.º 002/2010/PVCP/SPV-Anatel) homologar os lotes 41, 42, 44, 45, 76 a 84, 92, 101, 105, 107, 115, 119, 122, 124, 128 e 163 à Vivo S.A. e demais operadoras vencedores dos lotes do citado leilão.

Em 30 de maio de 2011, a decisão foi publicada no Diário Oficial da União - DOU e os Termos de Autorizações foram assinados junto à ANATEL. Dessa maneira, com a adjudicação efetiva dos referidos lotes, a Vivo S.A. incrementou seu espectro, passando a operar nas frequências de 900 Mhz e 1.800 Mhz de forma abrangente.

Na data da assinatura dos Termos de Autorização, foi pago o montante de R\$81.175, referente a 10% do valor total. Os 90% restantes poderão ser pagos à vista ou mediante financiamento, com carência de 3 anos, em 6 parcelas iguais e anuais, atualizadas pela variação do IST (Índice do Setor de Telecomunicações) acrescido de juros simples de 1% ao mês.

O montante de R\$811.754, referente ao total dos 23 lotes, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrados como ativo intangível na controlada Vivo S.A.. Em 30 de setembro de 2011, o saldo remanescente a pagar à ANATEL, deduzidos do valor pago nas assinaturas dos Termos de Autorização (R\$81.175) e do

Notas Explicativas

ajuste a valor presente (R\$15.492) era de R\$715.087, registrado como passivo circulante na controlada Vivo S.A. O ajuste a valor presente foi calculado utilizando-se a taxa de 100% do CDI.

As informações detalhadas sobre os 23 lotes de 900 Mhz e 1800 Mhz, mencionados anteriormente, tais como: número do lote, faixas de frequência (Mhz), largura, áreas de prestação e valor da outorga são as mesmas que foram divulgadas na nota 1.b2 das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2011.

c. Controladas e subsidiárias integrais

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	Set/2011	Dez/2010
Vivo Participações S.A. (1)	100%	-
Vivo S.A (1)	100%	-
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (2)	66,67%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (2)	91,50%	91,50%
Lemontree S.A. (2)	83,00%	66,67%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (2)	93,19%	86,65%
Aliança Atlântica Holding B.V.(3)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (3)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (3)	50%	50%

(1) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (Notas 1."e" e 4).

(2) consolidada integralmente a partir de janeiro de 2011.

(3) controlada em conjunto.

d. Negociação das ações em bolsas de valores

d.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

d.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

Notas Explicativas

e. Eventos societários ocorridos em 2011

Incorporação de Ações da VIVO Participações S.A. ("Vivo Part.") na Companhia

Em reunião realizada em 24 de março de 2011, a ANATEL concedeu anuência prévia à operação de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia e a Vivo Participações S.A., tendo o Ato nº 1.970, de 1º de abril de 2011, sido publicado no Diário Oficial da União em 11 de abril de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Participações, tendo cada ação da Vivo Participações sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e de ações ordinárias da Vivo Participações tiveram até o dia 30 de maio de 2011 para exercer o direito de recesso. Os acionistas que optaram pelo direito de recesso foram reembolsados pelas ações das respectivas Companhias de que comprovadamente eram titulares em 27 de dezembro de 2010, data da publicação do Fato Relevante relativo à operação. Os valores de reembolso aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e das ações ordinárias da Vivo Participações foram de R\$23,06 e R\$25,30 por ação, respectivamente, calculados pelos seus respectivos valores de patrimônio líquido constantes do balanço levantado em 31 de dezembro de 2010.

Reestruturação Societária – Concentração das Autorizações do SMP e Simplificação da Estrutura Societária

Em reunião do Conselho de Administração da subsidiária Vivo Participações, realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP (atualmente detidas pela subsidiária no estado de Minas Gerais e pela Vivo S.A. nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo S.A.

A forma proposta para viabilizar esta Reestruturação Societária foi a conferência dos bens, direitos e obrigações relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Participações para a Vivo S.A. (subsidiária integral da Vivo Participações, operadora móvel do grupo que detém as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passará à situação de *holding*, sendo imediatamente incorporada pela Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, será contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que será conferido ao patrimônio da Vivo S.A. e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Devido à Vivo Participações ser subsidiária integral da Companhia desde 1º de abril de 2011, cujo patrimônio já contém o investimento nas ações da subsidiária, a incorporação pretendida: i) não acarretará aumento de capital da Companhia; ii) não haverá a substituição de ações detidas por acionistas não-controladores da Vivo Participações por ações da Companhia; e iii) não há necessidade da elaboração de

Notas Explicativas

laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não-controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Participações serão extintas. Com a conclusão da Reestruturação Societária, a Vivo Participações será extinta e a Vivo S.A. passará a ser subsidiária integral da Companhia.

Em 14 de junho de 2011, a proposta de concentração das autorizações do SMP e simplificação da estrutura societária foi protocolada junto à ANATEL e estima-se que esta Reestruturação Societária seja finalizada ao longo do segundo semestre de 2011.

f. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefónica S.A. detém o controle da Companhia que, por sua vez, é controladora da Vivo Participações. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. ("TIM"), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefónica S.A. e a Companhia não têm envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e as controladas e a TIM são transações normais do negócio de telefonia, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas (ITR) encerradas em 30 de setembro de 2011 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e as individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

A autorização para emissão desta ITR ocorreu na reunião de diretoria realizada em 28 de outubro de 2011.

A presente ITR foi elaborada segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations*

Notas Explicativas

Committee):

- IAS 24 revisado, *Informações a serem divulgadas sobre as Partes relacionadas*

Esta norma revisada introduz as seguintes alterações: (i) fornece uma isenção parcial para entidades relacionadas ao governo, exigindo divulgação sobre saldos e transações com os mesmos, somente se eles são individualmente ou coletivamente significativas; e (ii) apresenta uma nova definição revisada de “parte relacionada”. A adoção desta norma não teve qualquer impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

- Alterações ao IAS 32, *Classificação das emissões de direitos*

Esta alteração tem por objetivo esclarecer que as emissões de direitos de subscrição que permitem adquirir um número fixo de instrumentos de patrimônio próprio por um preço fixo serão classificadas como patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício é denominado, sempre que a emissão se dirija a todos os detentores de uma mesma classe de ações ou participações em proporção ao número de títulos que já possuem. A adoção destas alterações não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

- *Melhoras dos IFRS (Maio de 2010)*

Este texto introduz uma série de melhorias aos IFRS vigentes, fundamentalmente para eliminar inconsistências e esclarecer a redação de algumas destas normas. Estas melhorias não geraram impacto nos resultados ou sobre a situação financeira da Companhia.

- *IFRIC 19 Cancelamento de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio*

Esta interpretação estabelece que: (i) quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas com o credor e este aceita instrumentos de patrimônio da empresa para cancelar o passivo totalmente ou parcialmente, os instrumentos emitidos serão considerados parte da contraprestação paga para o cancelamento do passivo financeiro; (ii) tais instrumentos serão mensurados pelo seu justo valor, exceto que este não possa ser mensurado com confiança, em cujo caso a mensuração dos novos instrumentos deverá refletir o valor justo do passivo financeiro liquidado; e (iii) a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro cancelado e o montante inicial da emissão dos instrumentos de patrimônio, são registrados na conta de resultado do período. A adoção dos critérios introduzidos por esta nova interpretação não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

- Alterações à IFRIC 14 *Pagamentos antecipados quando existe a obrigação de manter um nível mínimo de financiamento*

Esta alteração é aplicada em situações específicas quando uma entidade tem a obrigação de realizar contribuições mínimas anuais em relação aos seus planos pós-emprego de benefícios definidos e realiza pagamentos antecipados para cobrir estas exigências. A alteração permite uma entidade tratar os benefícios econômicos de tal pagamento antecipado como um ativo. A adoção destes critérios não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (IFRIC) ainda não em vigor em 30 de setembro de 2011.

Notas Explicativas

Na data de elaboração desta ITR, os seguintes IFRS, Alterações e Interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Alterações de Normas		Aplicação obrigatória: exercícios iniciados a partir de
Alterações ao IAS 1	<i>Apresentação das contas de outros resultados abrangentes</i>	1º de julho de 2012
Alterações ao IAS 12	<i>Impostos diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes</i>	1º de janeiro de 2012
IFRS 9	<i>Instrumentos financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	<i>Demonstrações Contábeis Consolidadas</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	<i>Acordos em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	<i>Divulgação de Participações em Outras Entidades</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	<i>Mensuração a Valor Justo</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	<i>Benefícios a empregados</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	<i>Demonstrações Contábeis Separadas</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	<i>Investimentos em Coligadas e em Controlas em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. Não obstante, mudanças introduzidas pelo IFRS 9 afetarão a apresentação dos ativos financeiros e transações com os mesmos que ocorram a partir de 1º de janeiro de 2013.

2.1 Principais variações no âmbito de consolidação

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações trimestrais consolidadas do período findo em 30 de setembro de 2011 são apresentados a seguir:

a) Aquisição da Vivo Participações pela Companhia

Conforme comentado na nota 4, a Companhia incorporou 100% das ações da Vivo Participações S.A. pelo valor de R\$31.222.630 (notas 1."e" e 4). As informações trimestrais consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Participações e sua controlada Vivo S.A. desde 1º de abril deste exercício. A Vivo Participações e sua controlada foram incluídas nas informações trimestrais consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

b) Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A., TVA Sul Paraná S.A., Lemontree S.A. e

Notas Explicativas

Comercial Cabo TV São Paulo S.A. em suas informações trimestrais consolidadas pelo método de consolidação integral. Até o exercício anterior, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial. O efeito da consolidação dessas empresas é imaterial em relação às informações trimestrais consolidadas da Companhia, razão pela qual não foram reapresentadas as informações comparativas.

c) Aquisição de ações da Lemontree Participações S.A.

Em 29 de setembro de 2011 a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree Participações S.A e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo TV São Paulo S.A., sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree Participações S.A. e 93,19% na Comercial Cabo TV São Paulo.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. **Contas a receber, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- b. **Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda.
- c. **Despesas antecipadas:** estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado á medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.
- d. **Investimentos:** as participações societárias em controladas e controladas em conjunto, estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente, e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Ajuste Acumulado de Conversão.

- e. **Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se

Notas Explicativas

aplicáveis. O referido custo, inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 13 – Imobilizado).

- f. **Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros, concessões e licenças de autorização adquiridas da ANATEL, carteira de clientes, marcas, valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) e outros ativos intangíveis.

A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensuradas como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ágios gerados até 31 de dezembro de 2008 na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

- g. **Arrendamento mercantil:** os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos e direitos a utilização do ativo são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao Contas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, e pelo valor presente as parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

h. Análise de recuperabilidade dos ativos:

Nos termos do IAS 36/CPC1(R1), a Companhia e suas controladas revisam, quando as circunstâncias lhes indicarem, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital –“CAPM - *The Capital Asset Pricing Model*” (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as

Notas Explicativas

perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos :

h.1) Ágio

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

h.2) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

h.3) Avaliação do valor em uso

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia e controladas neste mercado;
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e controladas e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação. Para 30 de setembro de 2011 não houve circunstâncias que indicassem que a Companhia e suas controladas registrassem perdas por redução ao valor recuperável de seus ativos.

i. Combinações de negócios e ágios:

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Ativos identificáveis adquiridos, passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação dos acionistas não controladores (Nota 4).

Inicialmente, o ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma empresa adquirida, na respectiva data de aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo do ativo líquido da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa que se espera seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

j. Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das transações com liquidez imediata, e com mudança insignificante de seu valor de mercado.

(ii) Ativos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A

Notas Explicativas

Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais.

Notas Explicativas

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo

Notas Explicativas

financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

Notas Explicativas

(iv) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

(v) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

k. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”):

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

Notas Explicativas

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

I. Custos de empréstimos:

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

m. Juros sobre o capital próprio:

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisiona o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição

Notas Explicativas

dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

n. Provisões:

n.1.) Geral:

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controladas tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação. As provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

n.2) Provisões cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais e administrativas são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e suas controladas e de seus consultores jurídicos.

n.3) Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios base das controladas) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

o. Planos de benefícios pós-emprego:

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos

Notas Explicativas

credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

p. Participação dos empregados nos resultados:

A Companhia e suas controladas têm obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.

q. Outros ativos e passivos:

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r. Subvenção e assistência governamentais:

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizadas pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juro inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito desse juro favorável é considerado como subsídio adicional do governo.

As normas tributárias brasileiras (Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), possibilitou às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do

Notas Explicativas

Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

A controlada Vivo Part., possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A controlada Vivo S.A., possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no Lucro da Exploração, para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

Em janeiro de 2010 foi aprovada uma linha de financiamento junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI. Os recursos estão sendo utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais em projetos de ampliação da capacidade de rede, previamente cadastrados (finamizados) junto ao BNDES, e liberados conforme a realização dos investimentos.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Os financiamentos foram inicialmente registrados a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste contabilizado como receita diferida.

s. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t. Reconhecimento das receitas:

i) Reconhecimento das receitas:

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes.

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

Notas Explicativas

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Impostos sobre Serviços – ISS.

ii) Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores. Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (“dealers”) são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

iii) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia e suas controladas.

iv) Programa de fidelização

As controladas Vivo Participações S.A. e Vivo S.A. mantêm um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permite acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos pela Companhia e suas controladas. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

u. Saldos e transações em moeda estrangeira:

A moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data

Notas Explicativas

do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

Em 30 de setembro de 2011 eram: US\$1,00 = R\$1,8544, JPY1,00 = R\$0,02407, €1,00 = R\$ 2,5040.

v. Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações contábeis:

- CIDE – Contribuição de intervenção no domínio econômico – Tributo Federal;
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
- CSSL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
- FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações;
- FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações;
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – Tributo Estadual;
- Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - Tributo Estadual;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;
- TFF – Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e
- TFI – Taxa de Fiscalização e Instalação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do período em curso e de períodos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou a pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Notas Explicativas

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

Também são incluídas na rubrica de impostos, taxas e contribuições, as obrigações legais, que são aquelas para as quais a Companhia e suas controladas estão discutindo judicialmente sua legalidade ou constitucionalidade. São constituídas provisões para a totalidade desses valores, independentemente da avaliação dos consultores jurídicos da Companhia e suas controladas quanto às possibilidades de perda.

w. Taxa de renovação do contrato de concessão:

O valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 22).

x. Estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos

Notas Explicativas

recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre os planos mencionados vide nota 34.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

Ativo imobilizado e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Reconhecimento de receitas

Taxas de adesão a campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos identificados em função dos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica a necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio.

A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos, poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas de exercícios futuros.

Notas Explicativas

y. Participações de acionistas não controladores:

As participações dos acionistas não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e do patrimônio líquido das controladas que não é detida pela Companhia, sendo destacada no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido.

z. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

aa. Informações por segmentos:

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; que a missão da Companhia é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

4. AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. (VIVO PART.)

Exercício de 2011

Antecedente: Aquisição pela Telefónica S.A., das ações da Brasilcel N.V.

Conforme divulgado por meio dos fatos relevantes datados de 28 de julho de 2010 e 27 de setembro de 2010, a Telefónica S.A., sociedade com sede em Madri, Espanha (Telefónica) e a Portugal Telecom SG SGPS, S.A., sociedade com sede em Lisboa, Portugal (Portugal Telecom) assinaram, em 28 de julho de 2010, um acordo para a aquisição, pela Telefónica, de 50% das ações emitidas pela Brasilcel, N.V. (Brasilcel) de propriedade da Portugal Telecom, que resultou na aquisição indireta das ações da

Notas Explicativas

Vivo Part. A Brasilcel, sociedade com sede na Holanda, era detida, previamente à aquisição, na proporção de 50% pela Telefônica e 50% pela Portugal Telecom e, em 2002, foi utilizada como veículo para a formação da joint venture entre as suas acionistas com a finalidade de deter as ações e exercer conjuntamente o controle das holdings e companhias operadoras de telefonia celular que foram posteriormente incorporadas, respectivamente, na Vivo Part. (anteriormente denominada Telesp Celular Participações S.A.) e na Vivo S.A., subsidiária integral da Companhia.

Após a conclusão desta aquisição de controle, a Telefônica anunciou em 1º de outubro de 2010 que a integração de seus negócios fixo e móvel no Brasil geraria sinergias operacionais, financeiras e fiscais derivadas da incorporação da Vivo ao modelo de gestão integrado do Grupo Telefônica, cujo valor presente líquido se situa em 3,3 – 4,2 bilhões de euros.

Em 21 de dezembro de 2010, a Brasilcel foi incorporada pela Telefônica, a qual passou a participar de forma direta e indireta no capital social da Vivo Part. com aproximadamente 60% de participação.

Em decorrência da aquisição de controle na Vivo Part. e em observância aos termos previstos no artigo 254-A da Lei 6.404/76 e os procedimentos estabelecidos no artigo 29 da Instrução CVM 361, aplicáveis à OPA por alienação de controle, conforme definido no inciso III do artigo 2º da Instrução CVM 361, em 17 de fevereiro de 2011 a Telefônica, através de sua controlada SP Telecomunicações Participações Ltda. (“SP Telecom”), lançou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelas ações com direito a voto da Vivo Part. (ações ordinárias), pelo preço equivalente a oitenta por cento (80%) do valor pago pela Telefônica à Portugal Telecom, para cada ação ordinária com direito a voto da Vivo Part. (ON) de propriedade da Brasilcel.

Em 18 de março de 2011, data da realização do leilão da OPA, a SP Telecom adquiriu 10.634.722 ações ordinárias da Vivo Part., representando 2,65% do capital da Companhia.

Aquisição da Vivo Part. pela Telefônica Brasil e reestruturação societária

Com o objetivo de unificar a base acionária das companhias, simplificar a estrutura organizacional do Grupo, racionalizar custos, auxiliar na integração dos negócios e, conseqüentemente, na geração de sinergias previstas na estratégia da Telefônica, em 27 de dezembro de 2010, os Conselhos de Administração da Vivo Part. e Telefônica Brasil, aprovaram uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil. Seguindo recomendações do Parecer de Orientação No. 35 da CVM foram constituídos os comitês especiais independentes para negociar a relação de substituição de ações e manifestarem-se a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que fossem propostas para posteriormente submeter suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias.

A proposta foi submetida à autorização da ANATEL e aprovada em reunião do Conselho Diretor da referida agência realizada em 24 de março de 2011.

Em 25 de março de 2011, os Conselhos de Administração da Vivo Part. e Telefônica Brasil aprovaram os termos e condições da Reestruturação Societária, que foram apreciados e aprovados por unanimidade pelas assembleias gerais de acionistas das Companhias em 27 de abril de 2011.

Notas Explicativas

Como fase preparatória para a primeira etapa da reestruturação, as Holdings (TBS Celular Participações Ltda., Portelcom Participações S.A., PTelecom Brasil S.A.), controladas pela Telefônica S.A. e cujo objeto social era deter ações da Vivo Part., foram incorporadas pela Vivo Part.

A primeira etapa da operação consistiu na unificação da base acionária das operadoras fixa e móvel do Grupo Telefônica no Brasil, através da incorporação das ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil. A Telefônica Brasil incorporou ao seu patrimônio a totalidade de ações da Vivo Part., atribuindo diretamente aos titulares das ações da Vivo Part. incorporadas, as novas ações que lhe couberam na incorporadora Telefônica Brasil. A substituição de ações da Vivo Part. por ações da Telefônica Brasil foi realizada na relação de substituição de 1,55 ações da Telefônica Brasil para cada ação da Vivo Part., com base nas recomendações dos comitês especiais independentes.

Em decorrência da incorporação de ações da Vivo Part., o capital da Telefônica Brasil foi aumentado em R\$31.222.630, considerando o valor econômico das ações incorporadas, com base no Laudo de Valor Econômico da Vivo Part. elaborado pela Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. ("Planconsult"), em conformidade com o disposto no art.252 pa. 1 e combinado com o art. 8º.

A estratégia da Telefônica nesta primeira etapa da reestruturação societária foi de maximizar o potencial de suas operações no Brasil. Com isso, a Telefônica Brasil tornou-se a controladora da Vivo Part. e, indiretamente, da Vivo S.A. Através da criação desta "estrutura guarda-chuva", os acionistas não controladores de ambas as empresas serão igualmente beneficiados pelos valores adicionados gerados na combinação dos negócios fixo e móvel. Este é um movimento básico de negócios a fim de melhorar sua estratégia de saída a mercado mais convergente, incluindo ofertas combinadas de fixo e móvel, etc. Esta reorganização legal criou as condições para o início do processo de obtenção de sinergias operacionais e financeiras.

Em decorrência da incorporação de ações da Vivo Part. pela Companhia, em 6 de julho de 2011, a Vivo Part. arquivou um comunicado junto à Securities Exchange Commission ("SEC") com o objetivo de cancelar o seu registro do programa de American Depositary Shares ("ADSs"), uma vez que todas as suas ADSs foram convertidas em ADSs da Telefônica Brasil, acrescidas de pagamento em moeda em substituição a frações das ADSs da Telefônica Brasil, que foi aprovado em 07 de julho de 2011.

A segunda e terceira etapas da reestruturação societária, anunciadas por meio de Fato Relevante em 15 de junho de 2011, visam dar continuidade ao processo de simplificação da estrutura organizacional atual das Companhias, de forma a (i) concentrar as autorizações para a prestação dos serviços de SMP (atualmente detidas pela Vivo Part. e pela Vivo S.A.), e (ii) simplificar a estrutura societária atual, eliminando da cadeia societária a Vivo Part., que com a referida concentração das autorizações passará a ser uma *holding*, por meio da incorporação da totalidade do patrimônio da Vivo Part. pela Telefônica Brasil.

Na segunda etapa os bens, direitos e obrigações da Vivo Part. relacionados com a operação de telefonia móvel no Estado de Minas Gerais serão conferidos à Vivo S.A., subsidiária integral da Vivo Part. Com isso, a Vivo S.A. passará a ser a única operadora de telefonia móvel do grupo, passando a Vivo Part. à situação de *holding* na estrutura organizacional das Companhias.

Notas Explicativas

Não havendo razão para a manutenção da Vivo Part. apenas como detentora da participação da Vivo S.A., na terceira etapa a Telefônica Brasil incorporará ao seu patrimônio a totalidade do patrimônio da Vivo Part., com a consequente extinção da Vivo Part., simplificando e racionalizando ainda mais a estrutura de custos das companhias.

Estima-se que a segunda e terceira etapas da Reestruturação Societária sejam finalizadas ao longo do segundo semestre de 2011. A efetivação foi aprovada pela ANATEL em 16 de agosto de 2011.

Contabilização da Aquisição da Vivo Part. pela Telefônica Brasil

Considerando que as combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (CPCs) e internacionais (IFRSs), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Portanto, na ausência de um CPC ou IFRS que trate de assuntos semelhantes ou relacionados, e na ausência de orientação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no item 11 do CPC 23.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (*Acquisition Method*) com base no CPC 15/IFRS 3(R), ou pela comunhão de interesses (*Pooling of Interests*), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma estrutura conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

O fato do CPC 15/IFRS 3(R) excluir de seu alcance as combinações de negócios entre entidades sob controle comum não emana do fato de que o IASB sentiu que tanto o método de aquisição ou o método de comunhão de interesses eram inadequados, mas sim porque queria abordar combinações de negócios entre entidades sob controle comum como um tema separado em seu projeto sobre combinações de negócios. Enquanto isso, o IASB não quis prescrever ou proibir esses métodos.

Uma vez que o método de aquisição resulta na reavaliação dos ativos líquidos de uma ou mais entidades envolvidas e/ou na geração de ágio deve haver substância econômica sob a perspectiva da entidade adquirente para que esse método possa ser aplicado, como é o caso da combinação em questão.

Portanto, deve ser feita uma análise bastante cuidadosa de todos os fatos e circunstâncias sob a perspectiva da entidade adquirente, antes da conclusão de que uma transação possui substância econômica. Se a transação não apresentar substância econômica, o método da comunhão de interesses seria então o único método aplicável à transação.

Notas Explicativas

A Administração entende que essa transação tem substância econômica, tendo considerado os seguintes fatores na avaliação e documentação da substância econômica desta transação:

a) Objetivos da transação: A aquisição do controle da Vivo Part. pela Telefônica teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixo e móvel no Brasil, uma vez que o setor já está se movimentando nesse sentido. Dessa forma, a Telefônica tem que necessariamente integrar suas operações fixa e móvel no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente e com possibilidade de concorrer com as outras companhias do setor de telecomunicações.

A incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil representa um primeiro passo para essa integração dos negócios e de imediato gera ganhos pela racionalização de estruturas e sinergias decorrentes, bem como evita o risco de questionamento por parte de acionistas de ambas as empresas, principalmente neste primeiro momento, onde algumas atividades poderiam estar centralizadas em uma ou em outra empresa. Além disso, os acionistas de ambas as companhias serão beneficiados em função de maior liquidez de suas ações no mercado de valores mobiliários.

b) Envolvimento de terceiros na transação, tais como acionistas não controladores: A Vivo Part. possuía uma massa expressiva de acionistas não controladores representando 40,4% de seu capital social, os quais votaram e aprovaram por unanimidade a operação de incorporação de ações na Telefônica Brasil, sendo registrada a abstenção de apenas um acionista que possuía 103 ações, participação inexpressiva perante o capital da controlada. A Telefônica Brasil, que possuía aproximadamente 12% de acionistas não controladores, teve a operação aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes. Além da aprovação da operação pelos acionistas de ambas as companhias, uma evidência da grande aceitação da operação pelos acionistas foi o baixíssimo nível de dissidência. No agregado a dissidência total foi de 138 ações totalizando R\$3.413,00 (três mil quatrocentos e treze reais).

Adicionalmente, como já comentado, em atendimento à Instrução CVM 361, foi realizada a Oferta Pública de Ações Ordinárias (OPA), em função da aquisição de controle da Vivo Part. Como resultado dessa OPA foram adquiridas 10.634.722 ações ordinárias, totalizando R\$1.265.212.

c) Se a transação foi conduzida ou não pelo valor justo: A relação de substituição de ações foi baseada nos valores justos de ambas as empresas (Vivo Part. e Telefônica Brasil), sendo que esta transação observou as exigências da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, bem como as regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A relação de substituição de ações foi determinada com base nas recomendações dos comitês especiais independentes bem como nos respectivos valores econômicos, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, apurados pelos assessores financeiros do comitê da Vivo Part., Signatura Lazard Assessoria Financeira Ltda. ("Signatura Lazard"), e comitê da Telefônica Brasil, Banco Santander do Brasil S.A. ("Santander").

Os comitês especiais independentes, constituídos exclusivamente para esse fim, conforme requerido pelo Parecer de Orientação No. 35 da CVM, realizaram as recomendações após a negociação da relação de substituição, com base nas análises das avaliações elaboradas pelos respectivos assessores financeiros e os intervalos de relações de substituição propostos.

Notas Explicativas

O valor econômico atribuído às ações da Vivo Part. conferidas à Telefônica Brasil para fins de aumento de capital foi determinado pelo Laudo elaborado pela consultoria especializada Planconsult, com base nos fluxos de caixa descontados.

De acordo com o item 4.2. do Protocolo de Incorporação os acionistas da Vivo Part. receberam, em substituição às ações por eles anteriormente detidas na Vivo Part., novas ações de emissão da Telefônica Brasil, da mesma espécie das que detinham no capital da Vivo Part., cuja relação de substituição das ações negociada recomendada pelos comitês especiais independentes e aprovadas pelos Conselhos de Administração e assembleias gerais de acionistas, foi que para cada ação ordinária e preferencial da Vivo Part. foram emitidas 1,55 novas ações da mesma espécie pela Companhia. Dessa forma, a Companhia emitiu 619.364.658 ações (212.767.241 ações ordinárias e 406.597.417 ações preferenciais) como forma de pagamento pelos 100% da participação na Vivo Part. O valor justo das ações emitidas no montante total de R\$31.222.630 foi calculado com base no valor econômico da Vivo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010.

O Signatura Lazard manifestou seu entendimento de que a relação de troca definida é, do ponto de vista financeiro, comutativa para os acionistas não controladores da Vivo Part. O Santander manifestou seu entendimento de que com a relação de troca definida, do ponto de vista financeiro, foi dado o tratamento equitativo aos acionistas da Telefônica Brasil.

A Companhia adotou o valor justo com base em laudo de valor econômico pelo fato de se tratar de uma transação entre duas empresas sob controle comum e, conseqüentemente, o valor justo dos instrumentos patrimoniais trocados, baseados em cotações de mercado observáveis das ações da Telefônica Brasil não seria uma mensuração apropriada das contrapartidas trocadas na transação. Embora esta transação tenha envolvido ainda a troca de ações da VIVO Participações por ações da Telefônica Brasil, detidas por acionistas não controladores, a utilização dos preços cotados das ações da Telefônica Brasil também não refletiria o valor justo, conforme definido na IFRS 3/CPC 15: "Valor justo de um ativo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória".

Também, o parágrafo 33, do CPC 15 (IFRS 3), estabelece que para se apurar o valor do ágio em uma combinação de negócios na qual não tenha havido a transferência de contraprestação, o adquirente deve calcular o valor justo de sua participação na adquirida utilizando técnicas de avaliação ao invés de utilizar o valor justo da contraprestação transferida, como é o caso desta transação.

Adicionalmente, o guia de aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 15 (IFRS 3) reconhece, também, em seu item B46, que em combinações de negócios realizadas sem a transferência de contraprestação para obtenção do controle da adquirida, "para calcular o ágio por rentabilidade futura (goodwill), ou o ganho por compra vantajosa, o adquirente deve utilizar o valor justo de sua participação na adquirida no lugar do valor justo da contraprestação transferida (...). O adquirente deve mensurar o valor justo de sua participação na adquirida, na data da aquisição, utilizando uma ou mais técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias, para as quais estejam disponíveis dados suficientes. Quando mais de uma técnica de avaliação for utilizada, o adquirente deve avaliar os resultados das técnicas empregadas considerando a relevância e a confiabilidade dos dados de entrada utilizados e a amplitude dos dados disponíveis."

Notas Explicativas

Dessa forma, a Companhia adotou o valor justo com base em laudo de valor econômico, em função da própria relação de substituição das ações da Vivo Participações S.A. ("Vivo Part." ou "Incorporada") por ações da Companhia ter levado em consideração esse mesmo critério, de valor econômico, pois a cotação das ações das companhias poderia não refletir fielmente e de forma confiável, o valor das Companhias envolvidas.

d) Atividades existentes nas empresas envolvidas na transação: A unificação da base acionária da Vivo (operadora móvel) e Telefônica Brasil (operadora fixa) é parte da estratégia de integrar ambas as atividades, sendo que a incorporadora (Telefônica Brasil) não operava no negócio móvel. As empresas de telecomunicações no Brasil estão trabalhando para ter esses negócios integrados, de forma a se manterem competitivas. Portanto, as atividades da Vivo Part. e Telefônica Brasil são complementares no atual ambiente de negócios de telecomunicações e precisam ser geridas em conjunto para o seu desenvolvimento.

e) Se a transação conduz as entidades juntamente para uma "entidade de reporte" que não existia anteriormente: A estratégia do Grupo é de integrar seus negócios fixos e móveis em uma "entidade de reporte" que não existia anteriormente, tendo como objetivo desta nova entidade o compartilhamento dos ganhos de sinergia no setor de telecomunicações no Brasil entre os acionistas.

f) A transação alterou o controle da Vivo Part.: Em consequência do processo de troca de ações e com o objetivo de ter apenas uma entidade de reporte, a Vivo Part. tornou-se uma subsidiária integral da Telefônica Brasil e será incorporada na etapa final da reestruturação societária.

Dessa forma, embora o aumento de capital na Telefônica Brasil decorrente da incorporação de ações da Vivo Part. aprovada pela AGE de ambas as companhias em 27 de abril de 2011 tenha sido efetuado adotando-se o valor econômico da adquirida e dado que a aquisição de controle no exterior ocorreu recentemente em setembro de 2010, esse valor reflete substancialmente o preço pago pela Telefônica na aquisição do controle da Vivo Part. junto à Portugal Telecom. Inclusive as alocações do Purchase Price Allocation (PPA) feitas pela Telefônica e Telefônica Brasil são similares, sendo as diferenças apontadas decorrentes da evolução natural dos negócios entre a data-base utilizada pela matriz (setembro de 2010) e a data-base utilizada pela Telefônica Brasil (março de 2011).

Diante do exposto, conclui-se que a incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil apresenta substância econômica e, em função disso, a contabilização indicada é pelo método de aquisição previsto no CPC 15/IFRS 3(R). A Telefônica Brasil utilizou o valor econômico para a avaliação da adquirida Vivo Part., o qual também reflete substancialmente o preço pago pela Telefônica na aquisição do controle da Vivo Part. junto à Portugal Telecom.

Como disposto a seguir, a Administração da Telefônica Brasil também avaliou a operação para determinar com propriedade o adquirente. Isto porque se em uma combinação de negócios, ao aplicar o CPC 36/IAS 27 não for possível indicar claramente qual das entidades combinadas é o adquirente, a orientação adicional no CPC 15/IFRS 3(R) inclui vários outros fatores que devem ser considerados quando da determinação de qual entidade é o adquirente.

Em uma combinação de negócios efetivada principalmente pela troca de participação acionária, usualmente o adquirente é a entidade que emite suas ações para trocar com a participação da adquirida que, no caso, foi a Telefônica Brasil. Entretanto, em

Notas Explicativas

algumas combinações de negócios, chamada de aquisições reversa, a entidade que emite as ações pode ser considerada como a entidade adquirida.

Para identificação da adquirente em uma combinação de negócios realizada mediante a troca de ações, o CPC 15/IFRS 3(R), parágrafos B13 a B18, requer que outros fatores pertinentes sejam considerados, incluindo o seguinte:

a) Em combinação de negócios efetivada fundamentalmente pela troca de participações de capital, o adquirente normalmente é a entidade que emite instrumentos de participação societária: A Telefônica Brasil foi a emissora das ações dadas em troca das ações representativas do capital social da Vivo Part., tornando-a uma subsidiária integral, sendo que na etapa final da reestruturação societária está prevista a sua incorporação societária, deixando a controladora de existir. A Telefônica Brasil emitiu ações de sua propriedade em troca das participações da Vivo Part., aumentando seu capital social em R\$31.222.630.

b) Composição da alta administração (diretoria ou equivalente) da entidade combinada. O adquirente é normalmente a companhia cuja administração anterior domina a gerência da entidade combinada: O CEO (Presidente) e o CFO (Diretor Executivo Financeiro) da Telefônica Brasil, além de outras funções chave, permaneceram nestas posições após a incorporação de ações, tendo sido extintos os postos equivalentes da Vivo Part.

c) A composição do Conselho de Administração (ou órgão equivalente) da entidade combinada. Usualmente a adquirente é aquela cujos acionistas tem a condição de eleger, apontar ou remover a maioria dos membros do conselho de administração da entidade combinada: O Conselho de Administração da Telefônica Brasil permanecerá e o Conselho de Administração da Vivo Part. deixará de existir após sua incorporação societária pela Telefônica Brasil.

d) Adicionalmente, a orientação para identificar o adquirente também considera que o adquirente é normalmente a entidade cujo tamanho relativo (medido em, por exemplo, ativos, receitas e lucro) é significativamente maior do que a entidade sendo adquirida: Ambas as empresas tem um tamanho semelhante, o que, entretanto, não deve ser o fator determinante a ser considerado para a identificação do adquirente. O fator mais importante a ser levado em consideração na verdade é a essência dessa aquisição, ou seja, o controle da Vivo Part. foi adquirido da Portugal Telecom pela Telefônica na Espanha. Como resultado dessa aquisição, foi realizada a relação de troca de ações mediante esse processo de reestruturação, para que Telefônica Brasil e Vivo Part. pudessem ter seus negócios operando de forma integrada, gerando as sinergias esperadas pela administração e pelo mercado. Portanto, independentemente do tamanho das companhias é importante considerar que a essência da operação é a aquisição da Vivo Part por parte da Telefônica Brasil para poder operacionalizar tais sinergias.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 procedeu-se o reconhecimento e avaliação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição.

Esses valores foram determinados mediante diversos métodos de avaliação dependendo do tipo de ativo e/ou passivo em questão, bem como da melhor informação disponível. Além das diferentes considerações realizadas na determinação desses valores justos, contou-se com a assessoria de especialistas.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Notas Explicativas

Licenças

O valor justo foi determinado através do método MEEM (“Multi-period Excess Earnings Method”) que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis às licenças, líquidos das eliminações dos encargos relacionados aos ativos contributivos implicados na geração desses fluxos e excluindo os fluxos atribuíveis à carteira de clientes.

Esse método se baseia na premissa de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$12.876.000, o qual será amortizado pelo prazo de 27,75 anos para fins contábeis.

Carteira de clientes

A carteira de clientes também foi avaliada pelo método MEEM (“Multi-period Excess Earnings Method”), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas “curvas de lowa”. O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$ 2.042.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 8,88 anos para fins contábeis.

Marca

O valor justo da marca “Vivo” foi calculado com o método de “relief-from-royalty”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressa como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação livre, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$1.642.000, o qual será amortizado pelo prazo de 19,5 anos.

A seguir são apresentados o valor contábil, o valor justo, o ágio e o custo da participação preliminar dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Notas Explicativas

Em R\$ mil (Informações preliminares)	Vivo Participações S.A.	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo circulante	7.244.124	7.244.124
Ativo não circulante	14.800.814	29.459.453
Ativo fiscal diferido ⁽⁴⁾	1.653.103	1.749.323
Outros ativos não circulantes	2.385.177	2.385.177
Imobilizado	6.198.358	6.198.358
Ativo Intangível ⁽¹⁾	2.566.595	19.126.595
Ágio	1.997.581	n/a
Passivo circulante	(7.964.209)	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.069.456)	(10.982.856)
Passivo fiscal diferido ⁽²⁾	-	(5.630.400)
Outros passivos não circulantes ⁽³⁾	(5.069.456)	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	9.011.273	17.756.512
Custo da participação		31.222.630
Ágio na operação	-	13.466.118
(-)Ágio existente anteriormente na Vivo		(1.997.581)
Ágio (Nota 14)		11.468.537

(1) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000)).

(2) Reconhecimento do imposto de renda diferido passivo sobre (1).

(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

(4) Inclui reconhecimento do imposto de renda diferido ativo sobre (3).

Na data da conclusão da elaboração destas informações trimestrais consolidadas a Companhia encontrava-se em fase de conclusão da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Vivo Part. e, em função da obtenção de novas informações acerca de fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, efetuou alguns ajustes nos valores provisórios das alocações aos intangíveis e ágio, sendo que estima-se que esta análise será concluída dentro de um período máximo de doze meses da data de aquisição.

O valor justo do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é no montante total de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituído R\$218.171 de provisão para crédito de liquidação duvidosa, o qual se espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) *Combinação de Negócios*, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (vide nota 20).

Notas Explicativas

Análise do fluxo de caixa na aquisição:	R\$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(3.879)
Caixa e equivalentes a caixa na companhia adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	1.982.898
Saída líquida de caixa e equivalentes a caixa na aquisição	1.979.019

Os custos da transação incorridos até a presente data por um valor de R\$3.879 foram lançados no resultado da Companhia e incluídos dentro de outras despesas operacionais.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas informações trimestrais, a Vivo Part. tem contribuído com R\$10.390.830 de receita operacional líquida combinada e R\$1.533.157 de lucro líquido combinado para a Companhia.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinado não auditado, nem revisado da Companhia e da adquirida, Vivo Part., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, sem contemplar os efeitos contábeis da alocação do preço de compra (PPA) retroativo a esta data. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Companhia caso a Reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Companhia de qualquer data ou período futuro. O resultado combinado das operações da Companhia para o semestre findo em 30 de setembro de 2011 não é necessariamente indicativo do resultado operacional que pode ser esperado para todo exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011
(não auditado e nem revisado)

	Telefônica Brasil Consolidado para os nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Vivo Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	20.459.061	4.812.330	(802.456)	24.468.935
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(10.520.695)	(2.217.733)	773.395	(11.965.033)
LUCRO BRUTO	9.938.366	2.594.597	(29.061)	12.503.902
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(6.126.323)	(1.489.121)	29.061	(7.586.383)
Comercialização dos serviços (a)	(4.596.966)	(1.161.405)	36.545	(5.721.826)
Despesas gerais e administrativas (a)	(1.722.748)	(329.189)	-	(2.051.937)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	193.391	1.473	(7.484)	187.380

Notas Explicativas**Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011
(não auditado e nem revisado)**

	Telefônica Brasil Consolidado para os nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Vivo Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.812.043	1.105.476	-	4.917.519
Resultado financeiro líquido	(46.186)	(39.794)	-	(85.980)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	3.765.857	1.065.682	-	4.831.539
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(865.931)	(355.476)	-	(1.221.407)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.899.926	710.206	-	3.610.132
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade controladora	2.893.400	-	-	3.603.606
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	6.526	-	-	6.526

(a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$3.809.602.

(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Caixa e contas bancárias	168	4.257	31.617	8.930
Aplicações financeiras	1.124.645	1.084.832	3.101.933	1.547.785
Total	1.124.813	1.089.089	3.133.550	1.556.715

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Valores faturados	1.830.288	1.601.572	3.609.465	1.854.151
Valores a receber de interconexão	131.943	164.979	840.086	188.609
Valores a faturar	1.253.992	1.196.912	1.718.489	1.336.441
Contas a receber bruto	3.216.223	2.963.463	6.168.040	3.379.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(612.166)	(607.450)	(1.066.862)	(765.633)
Total	2.604.057	2.356.013	5.101.178	2.613.568
A vencer	1.906.359	1.765.086	3.948.170	2.008.325
Vencidas – 01 a 30 dias	424.516	371.541	699.688	394.371

Notas Explicativas

Vencidas – 31 a 60 dias	109.759	91.385	192.857	95.206
Vencidas – 61 a 90 dias	47.302	37.339	114.381	41.096
Vencidas – 91 a 120 dias	27.463	18.613	43.355	19.088
Vencidas – mais de 120 dias	88.658	72.049	102.727	55.482
Total	<u>2.604.057</u>	<u>2.356.013</u>	<u>5.101.178</u>	<u>2.613.568</u>
Circulante	2.604.057	2.356.013	5.018.011	2.546.225
Não circulante	-	-	83.167	67.343

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD

	<u>Controladora</u> <u>Set/2011</u>	<u>Consolidado</u> <u>Set/2011</u>
Saldo inicial	(607.450)	(765.633)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 26)	(229.249)	(369.073)
Combinação de negócios	-	(218.171)
Consolidação TVA	-	(3.659)
Baixas	224.533	289.674
Saldo final	<u>(612.166)</u>	<u>(1.066.862)</u>

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 como “Arrendamento Mercantil Financeiro” (nota 3.g).

O saldo consolidado do contas a receber de 30 de setembro de 2011 e de 31 de dezembro 2010 contempla os seguintes efeitos:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	252.662	112.352
Receita financeira não realizada	9.795	23.213
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	<u>262.457</u>	<u>135.565</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.367)	(18.102)
Total dos valores a receber líquidos	<u>199.090</u>	<u>117.463</u>
Circulante	169.495	45.009
Não circulante	<u>83.167</u>	<u>67.343</u>

Cronograma de vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>Investimento</u> <u>bruto</u>	<u>Valor</u> <u>presente</u>
A vencer até um ano	169.495	169.495
A vencer até cinco anos	92.962	83.167
Total	<u>262.457</u>	<u>252.662</u>

Notas Explicativas

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. MATERIAIS DE ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Materiais para consumo	60.983	73.584	115.523	100.579
Materiais para revenda (*)	51.213	46.632	119.714	66.564
Aparelhos celulares	-	-	370.268	-
Outros estoques	4.621	7.806	6.160	10.052
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(83.483)	(92.920)	(114.868)	(99.696)
Total circulante	33.334	35.102	496.797	77.499

(*) Contempla, entre outros, estoque de equipamentos de informática e *Simcard* (chip).

A provisão sobre os itens de estoques leva em consideração análises tempestivas realizadas pela Companhia e suas controladas.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Impostos e contribuições retidos na fonte	62.517	70.558	157.402	91.185
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	422.519	13.422	1.098.450	27.088
ICMS (*)	406.651	397.745	1.538.157	534.323
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	302.332	313.177	413.743	313.177
Pis e Cofins	5.915	4.789	222.985	17.726
Outros	6.363	1.720	36.703	2.535
Total	1.206.297	801.411	3.467.440	986.034
Circulante	906.301	480.691	2.274.976	659.357
Não circulante	299.996	320.720	1.192.464	326.677

(*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
<u>Ativo diferido</u>				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas (a)	-	-	514.735	2.325
Provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis	322.091	302.607	582.925	302.607
Planos de benefícios pós-emprego	79.185	74.460	86.184	74.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.840	100.194	181.468	100.194
Provisão Fust	89.884	73.251	287.324	73.251
Provisão para perda de modens e outros	6.812	18.713	6.812	18.713
Participação nos resultados	35.285	38.730	73.456	38.730
Depreciação acelerada	98.796	46.318	446.996	46.318
Provisão para ajuste de realização dos estoques	28.384	31.593	34.835	31.593
Crédito fiscal incorporado (b)	25.230	34.691	59.842	34.691
Provisões indedutíveis	134.919	129.798	322.623	129.798
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	129.345	161.332	384.884	161.332
	<u>1.047.771</u>	<u>1.011.687</u>	<u>2.982.084</u>	<u>1.014.012</u>
<u>Passivo diferido</u>				
Lei da Inovação	(226.353)	(238.957)	(376.797)	(238.957)
Variação cambial	(26.548)	(25.811)	(26.548)	(25.811)
Crédito fiscal incorporado (b)	(190.747)	(136.015)	(190.747)	(136.015)
Carteira de clientes	-	-	(652.024)	-
Marcas e patentes	-	-	(543.965)	-
Licença	-	-	(4.298.960)	-
Efeitos dos ágios nas incorporações da Telemig e da Telemig Participações pela TCO IP S.A.	-	-	(237.137)	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(126.864)	(109.550)	(126.864)	(109.550)
	<u>(570.512)</u>	<u>(510.333)</u>	<u>(6.453.042)</u>	<u>(510.333)</u>
Total do ativo (passivo) líquido não circulante	<u>477.259</u>	<u>501.354</u>	<u>(3.470.958)</u>	<u>503.679</u>

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pelas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas Vivo Participações S.A., Telefônica Data S.A. e Telefônica Sistema de Televisão S.A. não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$719.327 em 30 de setembro de 2011, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pelas subsidiárias decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicassem a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2010	130.435	130.435	260.870
Crédito fiscal (25% + 9%)	32.609	11.739	44.348
Crédito fiscal reconhecido	1.710	615	2.325
Crédito fiscal não reconhecido	30.899	11.124	42.023

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 30/09/2011	3.626.561	3.638.016	7.264.577
Crédito fiscal (25% + 9%)	906.641	327.421	1.234.062
Crédito fiscal reconhecido	382.036	132.699	514.735
Crédito fiscal não reconhecido	524.605	194.722	719.327

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Ativo Diferido	Controladora			
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixa	Saldo em 30/09/2011
Outros ativos diferidos	1.011.687	98.441	(62.357)	1.047.771
Total	<u>1.011.687</u>	<u>98.441</u>	<u>(62.357)</u>	<u>1.047.771</u>

Ativo Diferido	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldo em 30/09/2011
Prejuízo fiscal	2.325	-	(226.909)	739.319	514.735
Outros ativos diferidos	1.011.687	187.145	(86.244)	1.354.761	2.467.349
Total	<u>1.014.012</u>	<u>187.145</u>	<u>(313.153)</u>	<u>2.094.080</u>	<u>2.982.084</u>

Passivo Diferido	Controladora				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/09/2011
Passivo diferido	510.333	76.578	(19.118)	2.719	570.512
Total	<u>510.333</u>	<u>76.578</u>	<u>(19.118)</u>	<u>2.719</u>	<u>570.512</u>

Passivo Diferido	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/09/2011
Passivo diferido	510.333	119.404	(154.569)	5.975.155	2.719	6.453.042
Total	<u>510.333</u>	<u>119.404</u>	<u>(154.569)</u>	<u>5.975.155</u>	<u>2.719</u>	<u>6.453.042</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Controladora e suas subsidiárias possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2010	553.534	539.919	526.581	76.383	1.696.417
Ingressos	107.806	33.649	76.041	-	217.496
Baixas/reversões	(31.234)	(301)	(52.755)	(19.754)	(104.044)
Atualização monetária	28.492	30.961	26.680		86.133
Transferências	599	-	1.644	(2.243)	-
Saldos em não circulante em 30/09/2011	659.197	604.228	578.191	54.386	1.896.002

	Consolidado				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2010	555.322	546.387	528.887	80.087	1.710.683
Combinação de negócios	54.939	1.146.771	77.336	58.113	1.337.159
Consolidação TVA	2.488	24.128	6.542	1.743	34.901
Ingressos	117.452	50.686	90.505	22.702	281.345
Baixas/reversões	(34.133)	(4.760)	(69.147)	(33.715)	(141.755)
Atualização monetária	29.387	94.139	29.271	-	152.797
Transferências	4.905	1.166	28.740	(34.811)	-
Incorporação Ptelecom	-	19.667	-	-	19.667
Saldos em 30/09/2011	730.360	1.878.184	692.134	94.119	3.394.797
Circulante	18.896	14.883	61.360	34.047	129.186
Não Circulante	711.464	1.863.301	630.774	60.072	3.265.611

Ver nota 20 - Provisões para maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Em 30 de setembro de 2011, a Controladora e suas subsidiárias mantinham diversos depósitos e bloqueios judiciais tributários, perfazendo o montante total de R\$1.878.184 (Controladora R\$604.228).

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Notas Explicativas

A subsidiária Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$67.421. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

A Controladora e suas subsidiárias têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$114.006 (Controladora R\$4.795). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados como impostos, taxas e contribuições.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Controladora e suas subsidiárias, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa.

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$748.042 (Controladora R\$33.729). Há valores passivos parciais no montante de R\$714.313 vinculados a estes depósitos judiciais registrados como impostos, taxas e contribuições.

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Controladora e suas subsidiárias ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não sofrer retenção de IRRF sobre: **(a)** remessas ao exterior a título de Tráfego Sainte (Operadoras Fixas); e **(b)** recebimento de juros sobre o capital próprio (Operadoras Móveis).

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$53.695 (Controladora R\$20.891). Há o montante parcial de R\$24.315 vinculado a estes depósitos judiciais registrados como impostos, taxas e contribuições.

Notas Explicativas

Além dessas discussões específicas, a Controladora e suas subsidiárias estão envolvidas em outras discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; e **(b)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não homologadas pela Receita Federal do Brasil e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente;

Em 30 de setembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$8.487. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Controladora e suas subsidiárias possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e **(b)** exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do sistema integrado de informações econômico-fiscais (SIEF);.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$23.378 (Controladora R\$22.158). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. A Controladora e suas subsidiárias, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2011, referidos depósitos totalizavam R\$248.150 (Controladora R\$3.387). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de contingências (nota 20).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Controladora ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$74.276. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Notas Explicativas

A Controladora ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS – (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 30 de setembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$61.956. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Controladora ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$45.962. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Controladora e suas subsidiárias ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (a) Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST e (b) Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000 .

Em 30 de setembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$284.635 (Controladora R\$276.682). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão registrados em provisões.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A, a subsidiária Vivo absorveu o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 30 de setembro de 2011, o valor depositado atualizado totalizava R\$19.975. Os valores passivos vinculados a este depósito judicial estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Controladora e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** ICMS declarado e não pago; **(b)** não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; **(c)** exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; **(d)** ICMS

Notas Explicativas

supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; **(e)** direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e **(f)** cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$29.447 (Controladora R\$32). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Controladora e suas subsidiárias possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre serviços meios; **(b)** imposto predial territorial urbano (IPTU) não abarcado por isenção; **(c)** taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; **(d)** diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% - Seguro Acidente de Trabalho); **(e)** taxa de uso do solo; **(f)** contribuições previdenciárias referente a suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; **(g)** preço público relativo à administração dos recursos de numeração (PPNUM) pela Anatel.

Em 30 de setembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$107.241 (Controladora R\$60.359). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota de provisões e contingências tributárias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Propaganda e Publicidade	817	817	47.835	817
Taxa Fistel (a)	2.995	157	208.668	157
Taxa de concessão	23.356	-	23.356	-
Aluguéis	9.090	4.901	30.190	4.901
Seguros	10.541	8.563	16.764	8.714
Manutenção de software	23.463	14.328	29.120	14.889
Outros ativos	19.816	11.857	49.937	11.894
Total circulante	90.078	40.623	405.870	41.372
Propaganda e Publicidade	-	-	1.328	-
Aluguéis	7.929	9.226	12.403	9.226
Seguros	589	4.511	1.619	4.511
Outros ativos	9.700	10.910	24.112	10.910
Total não circulante	18.218	24.647	39.462	24.647

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2011 que foram pagos em março e serão amortizados até o final do exercício.

Notas Explicativas

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Adiantamentos	62.440	51.972	94.934	53.704
Créditos com partes relacionadas (nota 32)	182.579	208.696	43.977	95.452
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	44.819	-
Crédito com fornecedores	-	-	168.460	-
Outros ativos	47.266	112.471	61.143	116.959
Total circulante	292.285	373.139	413.333	266.115
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	53.361	56.700
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	13.581	12.884	13.581	12.884
Superávit plano de pensão (nota 3.o)	48.971	26.561	50.014	27.171
Créditos com partes relacionadas (nota 32)	34.973	33.847	18.232	16.943
Outros ativos	29.592	36.406	36.685	40.110
Total não circulante	127.117	109.698	171.873	153.808

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

12. INVESTIMENTOS

	dez/10	Adições	TBS, Portelcom e Pteleocm	de equivalênci a	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Consolida ção TV A	set/11
Participações em controladas (I)	1.266.272	9.015.193	47.724	1.473.300	(19.440)	5.414	-	11.788.463
Aliança Atlântica Holding B.V.	60.248	-	-	893	(12.835)	5.414	-	53.720
A. Telecom S.A.	612.934	-	-	87.106	-	-	-	700.040
Companhia AIX de Participações	68.900	-	-	1.814	(6.604)	-	-	64.110
Companhia ACT de Participações	6	-	-	(4)	(1)	-	-	1
Telefônica Data S.A.	206.424	-	-	(111.745)	-	-	-	94.679
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	259.770	-	-	(35.176)	-	-	-	224.594
Vivo Participações S.A.	-	9.011.273	47.724	1.533.157	-	-	-	10.592.154
GTR Participações e Empreendimentos S.A (2.055	-	-	(113)	-	-	-	1.942
Lemontree Participações S.A. (b)	17.047	3.920	-	(2.696)	-	-	-	18.271
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	32.392	-	-	539	-	-	-	32.931
TV A Sul Paraná S.A. (b)	6.496	-	-	(475)	-	-	-	6.021
Ágios(I)	1.064.643	11.468.537	-	-	-	-	-	12.533.180
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (c) (I)	-	10.742.820	-	(254.333)	-	-	-	10.488.487
Outras participações (a) (I) (II)	39.658	-	-	-	-	(7.259)	-	32.399
Zon Multimídia – partic. direta	9.036	-	-	-	-	(1.478)	-	7.558
Outros investimentos	30.622	-	-	-	-	(5.781)	-	24.841
Total de investimentos controladora (I)	2.370.573	31.226.550	47.724	1.218.967	(19.440)	(1.845)	-	34.842.529
Outras participações(a) (II)	3.189	-	-	-	-	(522)	-	2.667
Zon Multimídia – partic. indireta	3.189	-	-	-	-	(522)	-	2.667
Total de investimentos consolidado(II)	100.837	-	-	-	-	(7.781)	(57.990)	35.066

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Consolidadas a partir de 01 de janeiro de 2011 conforme comentado na nota 3.d.

Notas Explicativas

- (c) Compreende a alocação dos ativos identificáveis em R\$16.560.000, passivo contingente em R\$283.000, líquido dos impostos diferidos em R\$5.534.180 (ver nota 4).

A Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC em setembro de 2011 no valor de R\$114.000, para sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. registrado na rubrica de Aplicações Capitalizáveis.

Controladas consolidadas proporcionalmente

O Grupo tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais são consolidadas proporcionalmente.

A proporção correspondente a Telefônica Brasil dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010 e para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão abaixo:

	Set/2011			Dez/2010		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	5	6.680	51.065	7	4.820	57.456
Ativo não circulante	-	66.293	2.668	-	72.146	3.189
Passivo circulante	2	6.849	11	1	5.727	397
Passivo não circulante	-	2.014	-	-	2.339	-
Patrimônio líquido	3	64.110	53.722	6	68.900	60.248
Receitas	17	20.532	963	27	31.254	13.200
Despesas	(21)	(18.718)	(70)	(24)	(21.985)	(99)
Lucro Líquido do exercício	(4)	1.814	893	3	9.269	13.101

13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa anual de depr. %	Controladora					Saldo em 30/09/2011
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidadas	Transferências liquidadas	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.231.455	36.860	(2.235)	81.242	(179.516)	1.167.806
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.672.915	234.511	(14.379)	212.912	(308.211)	3.797.748
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.005.549	385.951	(4.208)	12.339	(476.577)	923.054
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.794.729	18.861	(20.560)	81.701	(213.997)	2.660.734
Outros	10,00 a 20,00	194.790	45.790	(1.987)	2.488	(46.024)	195.057
Provisões para perda (a)		(26.064)	7.242	-	-	-	(18.822)
Bens e instalações em andamento		702.585	390.944	(6.858)	(395.270)	-	691.401
Total		9.575.959	1.120.159	(50.227)	(4.588)	(1.224.325)	9.416.978
Taxa média anual de depreciação %		7,45					8,23

Notas Explicativas

	Taxa anual de depr. %	Consolidado							Saldo em 30/09/2011
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas líquidas	Transfe-rências líquidas	Depreciação	Combinação de negócios	Consolidação TVA	
Equipamentos de comutação	10,00	1.234.081	36.860	(3.545)	187.536	(248.100)	617.757	-	1.824.589
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.709.166	245.748	(20.068)	581.598	(587.764)	2.441.209	25.282	6.395.171
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.274.037	654.550	(4.597)	(19.770)	(730.525)	258.714	29.387	1.461.796
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.811.505	168.584	(36.923)	371.131	(537.266)	1.851.056	845	4.628.932
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	187.343	67.065	-	(56.518)	(77.022)	-	29.056	149.924
Outros	10,00 a 20,00	218.469	96.665	(3.891)	21.693	(134.779)	556.973	1.232	756.362
Provisões para perda (a)		(41.373)	6.878	-	2	-	-	-	(34.493)
Bens e instalações em andamento		807.469	1.035.719	(7.304)	(1.089.921)	-	472.649	2.170	1.220.782
Total		10.200.697	2.312.069	(76.328)	(4.249)	(2.315.456)	6.198.358	87.972	16.403.063

Taxa média anual de depreciação %

8,01

10,29

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Set/2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.311.692	(10.143.886)	1.167.806	14.870.943	(13.046.354)	1.824.589
Equipamentos e meios de transmissão	19.451.543	(15.653.795)	3.797.748	29.507.385	(23.112.214)	6.395.171
Equipamentos terminais/Modem	4.460.712	(3.537.658)	923.054	8.507.320	(7.045.524)	1.461.796
Infraestrutura	8.428.539	(5.767.805)	2.660.734	13.002.835	(8.373.903)	4.628.932
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	844.218	(694.294)	149.924
Outros	1.356.585	(1.161.528)	195.057	3.470.455	(2.714.093)	756.362
Provisões para perda	(18.822)	-	(18.822)	(34.493)	-	(34.493)
Bens e instalações em andamento	691.401	-	691.401	1.220.782	-	1.220.782
Total	45.681.650	(36.264.672)	9.416.978	71.389.445	(54.986.382)	16.403.063

Dez/2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681	(10.561.600)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768	(15.413.602)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349	(3.503.312)	1.274.037
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774	(5.666.269)	2.811.505
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921	(427.578)	187.343
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962	(1.211.493)	218.469
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469	-	807.469
Total	45.410.024	(35.834.065)	9.575.959	46.984.551	(36.783.854)	10.200.697

Notas Explicativas**14. INTANGÍVEL LÍQUIDO**

	Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010
Ágios	14.524.240	1.064.792
Outros intangíveis	20.008.385	665.682
	<u>34.532.625</u>	<u>1.730.474</u>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	11.468.537	-
Telemig Celular S. A.	133.896	-
Telemig Celular Participações S. A.	1.485.172	-
Global Telecom S. A.	204.762	-
Tele Centro Oeste Celular participações S. A.	150.930	-
Ceterp Celular S. A.	16.151	-
	<u>14.524.240</u>	<u>1.064.792</u>

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

(d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Participações em abril de 2011.

	Controladora						
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidadas	Transfe-rências liq.	Amortização	Saldo em 30/09/2011
Softwares	20,00	607.788	179.059	-	4.588	(198.943)	592.492
Carteira de clientes	10,00	14.512	-	-	-	(5.442)	9.070
Outros	10,00 a 20,00	4.489	1.484	-	-	(2.995)	2.978
Total		<u>626.789</u>	<u>180.543</u>	<u>-</u>	<u>4.588</u>	<u>(207.380)</u>	<u>604.540</u>
Taxa média anual de amortização %		19,96					20,23

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas líquidas	Transferências liq.	Amortização	Combinação de negócios	Consolidação TVA	Saldo em 30/09/2011
Softwares	20,00 a 33,33	638.975	284.034	(35)	104.423	(449.541)	1.312.044	-	1.889.900
Carteira de clientes	9,00 a 15,00	14.512	-	-	-	(129.725)	2.042.000	-	1.926.787
Marcas e Patentes	5,00	-	-	-	-	(42.103)	1.642.000	-	1.599.897
Licença	3,60 a 20,00	-	811.754	-	-	(317.918)	14.031.970	-	14.525.806
Fundo de comércio	Conforme prazos contratuais	-	150	-	-	(1.313)	6.670	-	5.507
Outros	10,00 a 20,00	12.195	6.249	-	336	(7.681)	1.487	9.768	22.354
Softwares em andamento			41.550	-	(100.510)	-	97.094	-	38.134
Total		665.682	1.143.737	(35)	4.249	(948.281)	19.133.265	9.768	20.008.385
Taxa média anual de amortização %		19,89							8,56

Set/2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	2.943.122	(2.350.630)	592.492	8.593.949	(6.704.049)	1.889.900
Carteira de clientes	72.561	(63.491)	9.070	2.114.561	(187.774)	1.926.787
Marcas e Patentes	-	-	-	1.643.511	(43.614)	1.599.897
Licença	-	-	-	15.937.373	(1.411.567)	14.525.806
Fundo de comércio	-	-	-	35.974	(30.467)	5.507
Outros	187.762	(184.784)	2.978	679.154	(656.800)	22.354
Software em Andamento	-	-	-	38.134	-	38.134
Total	3.203.445	(2.598.905)	604.540	29.042.656	(9.034.271)	20.008.385

Dez/2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	(2.314.300)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	(58.049)	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	(189.426)	12.195
Total	3.019.751	(2.392.962)	626.789	3.227.457	(2.561.775)	665.682

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Salários e honorários	45.446	24.082	133.603	25.583
Encargos e benefícios sociais	152.306	97.752	203.801	101.021
Participação de empregados nos resultados	92.546	103.243	207.928	105.841
Outros	1.542	74.800	26.619	74.800
Total	291.840	299.877	571.951	307.245

Notas Explicativas**16. FORNECEDORES**

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Fornecedores diversos	1.904.178	1.984.129	4.386.036	2.270.444
Valores a repassar	64.628	73.720	131.816	51.485
Interconexão / Interligação	338.724	510.228	325.441	510.228
Assistência técnica	-	-	80.028	-
Total	2.307.530	2.568.077	4.923.321	2.832.157

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Tributos sobre a renda				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	156.540	1.329
Tributos indiretos	1.066.118	956.615	3.356.021	1.009.501
ICMS (b)	686.776	613.244	1.602.273	635.358
PIS e COFINS (c)	101.922	99.201	310.296	120.430
FISTEL (d)	-	-	959.373	-
Fust e Funttel (e)	269.987	229.563	297.150	237.791
CIDE (f)	3.497	7.003	137.817	7.301
Outros (g)	3.936	7.604	49.112	8.621
Total	1.066.118	956.615	3.512.561	1.010.830
Circulante	1.033.144	929.829	1.954.508	972.123
Não circulante	32.974	26.786	1.558.053	38.707

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa. Inclui também valores que a Telemig Participações (empresa incorporada em 13 de novembro de 2009 pela Vivo Part.), impetrou mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não sofrer a retenção de IRRF sobre os recebimentos de juros sobre o capital próprio de sua controlada (Telemig, empresa incorporada em 1 de junho de 2010 pela Vivo Part.), tendo efetuado depósitos judiciais nos mesmos montantes, que totalizavam R\$24.315 em 30 de setembro de 2011.

b) A parcela do não circulante da subsidiária Vivo Part., inclui o valor de R\$375.616 em 30 de setembro de 2011 referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

c) Inclui os valores pelos quais a Vivo S.A. foi autuada por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. A discussão encontra-se aguardando julgamento de recurso especial na esfera administrativa. Conservadoramente, a Administração manteve contabilizado o montante de R\$46.303 em 30 de setembro de 2011, tendo efetuado depósito judicial no mesmo valor. Em razão do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº

Notas Explicativas

11.941/08), a controlada requereu a desistência dos processos e conversão em renda dos valores devidos com o consequente levantamento do valor excedente.

d) Inclui os valores da Vivo Participações S.A. do mandado de segurança que a Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010) impetrou, questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes à Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) e à Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI), totalizando R\$714.313 em 30 de setembro de 2011. A ação encontra-se aguardando decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

(e) Contempla a provisão de FUST e Funttel relativo ao processo junto a Anatel conforme comentado na nota 20.2.

(f) Referem-se aos valores em questionamento administrativo e judicial da Vivo Participações e Vivo S.A., visando afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc. As subsidiárias mantiveram contabilizado o montante de R\$133.919 em 30 de setembro de 2011.

(g) Inclui os montantes de R\$11.477, que em 30 de setembro de 2011, as subsidiárias Vivo Part. e Vivo S.A. contabilizaram relativos às discussões de: (i) ISS sobre serviços de locação de bens móveis, atividades meio e serviços suplementares; (ii) IRPJ sobre operações com derivativos; (iii) INSS; (iv) ICMS e (v) PIS e COFINS.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora				
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Set/2011 (*)	Dez/2010 (*)
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.423.888	1.715.580
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	77.060	92.842
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	13.654	17.304
Total controladora				<u>1.514.602</u>	<u>1.825.726</u>
Circulante				419.207	420.412
Não circulante				<u>1.095.395</u>	<u>1.405.314</u>

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

Notas Explicativas

	Moeda	Taxa de juros anual	Consolidado		
			Vencimento	Set/2011 (*)	Dez/2010 (*)
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.423.888	1.715.580
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	77.060	92.842
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	13.654	17.304
Financiamento – BNDES (b)	URTJLP	TJLP+4,30%	Até 2014	900.526	-
Empréstimos - Banco Europeu de investimentos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	Até 2015	692.010	-
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil – BNB	R\$	10,00%	Até 2016	456.387	-
Financiamento - BNDES PSI(c)	R\$	4,50% a 5,50%	Até 2020	150.016	-
Comissão BBVA	-	0,43%	2011	210	-
Financiamento – BNDES (c)	URTJPL	TJLP+5,70%	2016	827	-
Financiamento – BNDES (c)	URTJPL	TJLP+9,00%	Até 2016	1.879	-
Financiamento - BNDES PSI (c)	R\$	5,50%	Até 2016	11.407	-
Financiamento - Leasing	R\$	14,7%	2013	1.005	-
Total consolidado				<u>3.728.869</u>	<u>1.825.726</u>
Circulante				875.210	420.412
Não circulante				<u>2.853.659</u>	<u>1.405.314</u>

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

a) Em outubro 2007 foi aprovado um crédito para a Telefônica Brasil S. A. para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

b) Em agosto de 2007, a Vivo S.A. contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 30 de setembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

c) Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento para a Vivo Part. e suas controladas no valor de R\$319.927 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI. Os recursos estão sendo utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais em projetos de ampliação da capacidade de rede, previamente cadastrados (finamizados) junto ao BNDES, e liberados conforme a realização dos investimentos. Até 30 de setembro de 2011 foram liberados R\$184.489 (R\$171.673 até 31 de dezembro de 2010). Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/ CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou até 30 de setembro de 2011 em R\$35.916

Notas Explicativas

(R\$33.939 em 31 de dezembro de 2010). Este montante foi diferido e registrado no grupo de “Subvenções Governamentais”, e está sendo amortizado de acordo com a vida útil do ativo financiado em contrapartida ao grupo de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

c) Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo TV São Paulo S/A e suas controladas no valor total de R\$ 29.065 junto ao BNDES. Até 30 de setembro de 2011 foram liberados R\$15.578. Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou até 30 de setembro de 2011 em R\$1.807.

A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é o indexador de 93,6% das linhas de financiamento junto ao BNDES e é uma taxa referencial específica, não comparável com outras taxas de prazo equivalente disponíveis no mercado. Portanto, em 30 de setembro de 2011 estes instrumentos foram reconhecidos no balanço pelo seu custo amortizado, que equivale ao valor justo do mesmo nesta data.

MÉDIOCRÉDITO

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras SA – Telebrás e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a TELEFÔNICA BRASIL dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de setembro de 2011 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo S.A. com o BEI no valor EUR250 milhões (equivalente na contratação à USD365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na

Notas Explicativas

implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

18.2 – DEBÊNTURES

	Controladora			
	Moeda	Encargos	Vencimento	Set/2011
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI	Até 2012	358.341
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	Até 2013	782.442
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	Até 2014	91.397
Total				<u>1.232.180</u>
Circulante				408.417
Não circulante				<u>823.763</u>

	Consolidado			
	Moeda	Encargos	Vencimento	Set/2011
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI	Até 2012	358.341
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	Até 2013	782.442
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	Até 2014	91.397
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	Até 2021	66.819
Custo de emissões	R\$			<u>(2.277)</u>
Total				<u>1.296.722</u>
Circulante				408.417
Não circulante				<u>888.305</u>

Captação pela Vivo Participações S.A.

2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Participações S.A. emitiu, em 1 de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão da Companhia, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1 de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,0% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembléia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Participações S.A. para a Telefônica Brasil S.A. sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Notas Explicativas

1ª Série

Em 31 de janeiro de 2011 ocorreu o resgate antecipado e integral da 1ª série da 2ª emissão da Vivo Participações, totalizando 20.000 debêntures, escriturais, não-conversíveis em ação, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$200 milhões, cujas características foram aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 e a primeira repactuação em 30 de março de 2009.

O resgate foi realizado pelo valor nominal unitário das debêntures, na data da emissão, acrescido: (i) da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e (ii) de prêmio percentual calculado sobre o valor nominal unitário das debêntures ("prêmio"), equivalentes ao valor de R\$4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos), por debênture, em conformidade com o disposto na cláusula 4.13 do instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações.

2ª Série

Nas reuniões do Conselho de Administração da Vivo Participações realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 foram aprovadas as características da 2ª série da 2ª emissão da Companhia.

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Companhia resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Companhia farão jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da "escritura de 2ª emissão". Os pagamentos da remuneração das debêntures serão realizados nos dias 1º de novembro de 2011 e 2 de maio de 2012.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Participações S.A. aprovou a 4ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre

Notas Explicativas

a Companhia e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “*Bookbuilding*”.

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2011 era de R\$2.278, foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras da controlada Vivo Participações S.A. (nota 29), conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembléia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Participações S.A. para a Telefônica Brasil S. A. sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em a Assembléia Geral de Debenturistas realizada no dia 29 de julho de 2011, ocorreu a deliberação sobre a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Participações S.A. para a Telefônica Brasil em alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Captação pela Telemig (empresa incorporada pela Vivo Participações em 1 de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010), no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Notas Explicativas

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

18.3 – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de setembro de 2011 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	205.338	318.122
2013	1.058.360	1.516.192
2014	485.550	1.006.000
2015	169.910	702.077
2016 em diante	0	199.573
Total	1.919.158	3.741.964

18.4 - GARANTIAS

Em 30 de setembro de 2011, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas Vivo Participações S.A e Vivo S.A, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$900.526 (URTJLP - Vivo) R\$150.016 (Contrato PSI - Vivo) R\$1.500.948 (URTJLP - Telesp)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (Vivo) R\$977.714: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (Vivo/Vivo Participações): R\$149.994: alienação dos ativos financiados, relativo ao contrato do Programa de Sustentação do Investimento – PSI. • Vivo Participações é interveniente garantidora • Telesp: concedido aval pela SP Telecomunicações.
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$692.010	<ul style="list-style-type: none"> • Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Portugal.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$456.387	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. • Vivo Participações é interveniente fiadora.

Notas Explicativas

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio:

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Telefônica Internacional S.A.	606.841	113.839	606.841	113.839
SP Telecomunicações Participações Ltda.	328.390	37.407	356.386	37.407
Telefônica S. A.	356.637	-	1.039.092	-
Compañía de Telecomunicaciones de Chile S. A.	855	-	2.173	-
Minoritários	716.471	299.651	1.225.935	299.651
Total	2.009.194	450.897	3.230.427	450.897

Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

20. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são:

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	382.193	365.230	486.657	366.391
Tributárias	91.183	92.924	142.000	93.519
Cíveis e regulatório	466.604	426.144	659.908	446.159
Provisão para benefícios pós-emprego	232.896	219.000	253.482	219.000
Passivo contingente (a)	-	-	269.966	-
Provisão para desmobilização	13.008	12.862	254.840	16.712
Total	1.185.884	1.116.160	2.066.853	1.141.781
Circulante	286.435	240.213	413.070	240.213
Não circulante	899.449	875.947	1.653.783	901.568

(a) Decorrente da aquisição da Vivo Participações S.A (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 30 de setembro de 2011:

Notas Explicativas

	Controladora – Set/2011			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2010	365.230	92.924	426.144	884.298
Ingressos	44.413	-	59.029	103.442
Baixas por pagamento	(14.227)	(2.410)	(19.415)	(36.052)
Baixas por reversão	(21.260)	(1.089)	(31.274)	(53.623)
Atualização monetária	8.037	1.758	32.120	41.915
Saldos em 30/09/2011	<u>382.193</u>	<u>91.183</u>	<u>466.604</u>	<u>939.980</u>
Circulante	38.642	-	247.793	286.435
Não circulante	<u>343.551</u>	<u>91.183</u>	<u>218.811</u>	<u>653.545</u>

	Consolidado – Set/2011			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2010	366.391	93.519	446.159	906.069
Combinação de negócios	93.739	45.309	162.266	301.314
Consolidação TVA	646	-	10.291	10.937
Ingressos	66.030	4.512	129.943	200.485
Baixas por pagamento	(21.545)	(2.410)	(75.759)	(99.714)
Baixas por reversão	(26.781)	(5.073)	(47.901)	(79.755)
Atualização monetária	8.177	6.143	34.909	49.229
Saldos em 30/09/2011	<u>486.657</u>	<u>142.000</u>	<u>659.908</u>	<u>1.288.565</u>
Circulante	77.819	3.313	331.938	413.070
Não circulante	<u>408.838</u>	<u>138.687</u>	<u>327.970</u>	<u>875.495</u>

20.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Provável	382.193	365.230	486.657	366.391
Possível	182.425	155.107	398.109	155.107

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade e periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

Notas Explicativas

A companhia também figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados – PAMA, que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho cujo objeto versa sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foi atribuído valor ao grau de risco possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

20.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Provável	91.183	92.924	142.000	93.519
Possível	4.713.567	3.959.270	10.298.057	4.102.806

Contingências Prováveis

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito federal, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, perfazendo o montante de R\$100.076 (Controladora R\$90.480) que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: (a) FGTS - Contribuições adicionais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exigidas pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados); (b) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pelas empresas e CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como “royalties”; e (c) compensação de finsocial.

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham discussões administrativas e judiciais em curso, relacionadas ao ICMS e multa administrativa ambiental que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, decorrentes principalmente de crédito do imposto com ausência de comprovação documental, serviços de telecomunicações não tributados, incentivo

Notas Explicativas

cultural, entre outros e, portanto, estavam provisionadas no montante de R\$37.553 (Controladora R\$14).

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, perfazendo o montante de R\$4.371 (Controladora R\$689) com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: (a) IPTU, (b) ISS sobre atividade meio, (c) Uso do Solo e (d) TVCF.

CONTINGÊNCIAS POSSÍVEIS

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$2.718.952 (Controladora R\$1.089.341).

Dentre as ações, destaca-se:

(a) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de Pedidos de Compensações formulados pela empresa; **(b)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(c)** INSS - contribuição previdenciária sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições ao empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); **(d)** e IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(e)** PIS incidente sobre roaming; **(f)** CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN (compensação via SIAFI) e sobre contratos simbólicos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; **(g)** IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; **(h)** glosa de custos e despesas diversas; **(i)** COFINS deduções de perda com operações de swap; **(k)** PIS / COFINS regime de competência vs regime de caixa; **(j)** IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; **(l)** IRRF sobre JCP; **(m)** TFF e TFI; **(n)** IRPJ sobre operações com derivativos; **(o)** Compensação de imposto sobre o lucro líquido-ILL; **(p)** compensações de diversos tributos federais

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$3.784.705 (Controladora R\$2.824.630), as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

Notas Explicativas

(a) prestação de serviços de facilidades e locação de modem Speedy; (b) ligações Internacionais (DDI); (c) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; (d) falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (e) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (f) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; (g) Co-billing, (h) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (i) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (j) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (l) créditos do imposto relativo a impugnações/ contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (m) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (n) cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); (o) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (p) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (q) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (r) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (s) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e (t) estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, perfazendo total de R\$452.681 (Controladora R\$310.289), as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

(a) ISS – atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementares; (b) retenção; (c) IPTU; (d) Taxa de Uso do Solo; (e) diversas Taxas Municipais; (f) tarifa de Uso da Rede Móvel (T-UM), locação de infra-estrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (j) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações:

Mandados de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011, o valor total envolvido remontava em R\$1.377.997 (Controladora R\$590.159) cujo valor parcial de R\$284.635 foi registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições e está sendo depositado mensalmente.

Há, ainda, em âmbito administrativo, diversas Notificações de Lançamento lavradas pela Anatel para a cobrança do FUST sobre ITX e EILD e demais receitas oriundas de prestação de serviço que não são de telecomunicação, no valor de R\$1.013.652.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judicial, perfazendo total de R\$528.787 (Controladora R\$135.991), as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI. Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa. O valor total envolvido remonta em R\$1.469.054 (Controladora R\$33.741 com depósito integral).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A subsidiária Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração cobrado pela Anatel em função da utilização, pelas operadoras, dos recursos de numeração gerenciados pela ANATEL, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. valor envolvido em 30 de setembro de 2011 é de R\$2.148.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Notas Explicativas

EBC (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública)

Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil – Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial.

Em 30 de setembro de 2011, o montante envolvido era de R\$248.368 (Controladora em R\$3.607). O valor total foi registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições e está sendo depositado mensalmente.

20.3 Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Provável	466.604	426.144	659.908	446.159
Possível	1.322.417	805.261	1.892.185	808.006

Provisões cíveis

Relevantes

a) Processos de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$ 25.074.

b) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$310.903 consolidado e R\$141.657 na controladora.

Massivas

Relações de consumo

c) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$83.251, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

Notas Explicativas

Anatel

d) Em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a Anatel, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial e ao Serviço Móvel Pessoal - SMP, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante total R\$240.680 (R\$216.622 na controladora, sendo R\$ 182.957 referente à provisão dos processos administrativos e R\$ 33.664 referente a avaliação dos processos judiciais).

Contingências possíveis

Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$189.494. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo - Ação em que os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no plano de assistência médica dos aposentados da Companhia (PAMA). O processo está em seu início, pelo que não há decisão judicial terminativa. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, considera esta ação como sendo de risco possível, sendo o valor inestimável. Considerando o grau de risco, não foi constituída provisão.

c) Ação Civil Pública proposta pela ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo contra SISTEL, a Companhia e outros, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS em 2000 que originou plano específico PBS-Telesp, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esse processo pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e depende de perícia, tendo em vista que envolve acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores

Notas Explicativas

poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total R\$891.190 no consolidado e R\$323.346 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

Anatel

f) A Companhia e suas controladas mantém processos administrativos instaurados pela Anatel com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível no montante total de R\$811.501 (R\$809.577 na controladora, sendo R\$ 808.665 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$ 912 referente à avaliação dos processos judiciais).

Ressaltamos que houve um aumento na controladora no valor avaliado como risco possível em virtude da reavaliação dos processos, concluída em março, tendo em vista significativa alteração nas metodologias de aplicação de sanção utilizadas pela Anatel para apenamento das prestadoras.

Referente a operação móvel:

a) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP:

De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

Notas Explicativas

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxitos nesses processos.

b) Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91

Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“SBDC”), por Global Village Telecom Ltda (“GVT”), Intelig Telecomunicações Ltda (“Intelig”), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (“Claro”), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (“TIM”), TNL SCS S.A. (“Oi”) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos V do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todo da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) para julgamento e, neste momento, aguarda a elaboração do parecer da Procuradoria desse órgão.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Para a hipótese de o CADE vir a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, as multas fixadas atualmente em casos semelhantes têm variado de 1% a 2% do faturamento bruto anual. Todavia na remota hipótese de que o CADE venha a entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, as multas têm variado entre 20 a 30% do faturamento bruto da empresa representada no exercício anterior à instauração do processo (no caso da Companhia: 2007), excluídos impostos.

20.4. Garantias

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e Equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas Fiança	Imóveis e Equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas Fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	20.541	1.896.002	841.549	78.193	3.394.797	1.315.917
Total	<u>20.541</u>	<u>1.896.002</u>	<u>841.549</u>	<u>78.193</u>	<u>3.394.797</u>	<u>1.315.917</u>

Notas Explicativas**21. RECEITAS DIFERIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Receita de habilitação	67.172	72.671	67.172	72.671
Cartões indutivos	16.173	20.847	16.173	20.847
Serviços e mercadorias (a)	-	-	510.015	-
Subvenções governamentais (c)	-	-	19.887	-
Programa de fidelização (d)	-	-	64.814	-
Outras receitas	1.479	-	16.030	9.821
Total circulante	84.824	93.518	694.091	103.339
Receita de habilitação	35.445	28.383	35.445	28.383
Serviços e mercadorias (a)	-	-	28.104	-
Doações de equipamentos (b)	-	-	24.286	-
Subvenções governamentais (c)	-	-	27.394	-
Outras receitas	7.629	6.837	10.200	10.017
Total não circulante	43.074	35.220	125.429	38.400

a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.

b) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

c) Refere-se aos valores de subvenção governamental da subsidiária Vivo Participações S.A. decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.

d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que nossas subsidiárias integrais Vivo Participações S.A. e Vivo S.A. mantêm, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos por tais subsidiárias. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

Notas Explicativas**22. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
Retenções de terceiros	242.777	85.916	314.785	88.238
Valores a restituir a assinantes	49.815	55.888	52.998	54.666
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	-	102.568	-	102.568
Arrendamento mercantil (b)	11.669	11.507	11.669	11.507
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	118.656	117.615	47.451	120.981
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	-	-	246.697	
Outros credores	4.042	4.821	18.435	5.998
Total circulante	426.959	378.315	692.035	383.958
Valores a pagar – venda de frações de ações (b)	143.559	112.594	143.559	112.594
Arrendamento mercantil (c)	13.170	23.346	13.170	23.346
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	6.259	17.140	5.227	10.738
Outros credores	26.832	28.337	54.452	30.125
Total não circulante	189.820	181.417	216.408	176.803

(a) Refere-se ao crédito disponibilizado para acionistas beneficiários das sobras de ações decorrentes do grupamento das ações do capital social da Vivo Participações S.A.

(b) Valores provenientes do leilão de frações referente ao agrupamento de ações realizado em 2005 e processo de incorporação da TDBH no ano de 2006.

(c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

	Set/2011	Dez/2010
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	28.772	42.194
Despesa financeira não realizada	(3.933)	(7.341)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	24.839	34.853
Circulante	11.669	11.507
Não circulante	13.170	23.346

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	17.103	13.170
Total	28.772	24.839

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

Notas Explicativas

COMPROMISSOS E GARANTIAS

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a controlada Vivo é arrendadora de diversas lojas e sites onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes sendo que os pagamentos são mensais, equivalentes ao período do contrato, nos montantes de R\$68.365 e R\$4.818.167, controladora e consolidado.

Os compromissos com aluguel, lojas e sites referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
Até um ano	24.767	901.186
Um ano até cinco anos	43.598	3.345.744
Mais de cinco anos	-	571.237
Total	68.365	4.818.167

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$37.798.110 (R\$6.575.480 em 31 de dezembro de 2010). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Set/2011	Dez/2010
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	168.819.870
Preferenciais	744.014.819	337.417.402
Total	1.125.601.930	506.237.272
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(233.240)	(210.579)
Preferenciais	(1.131.546)	(185.213)
Total	(1.364.786)	(395.792)
Ações em circulação		
Ordinárias	381.353.871	168.609.291
Preferenciais	742.883.273	337.232.189
Total	1.124.237.144	505.841.480
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	37,79	23,06

Segundo o Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedade Anônimas – Lei 6404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da assembléia geral extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do estatuto social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Notas Explicativas

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº6.404/76.

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Participações pela Companhia, aprovada em assembléia do dia 27 de abril de 2011 (ver nota 4) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

b. Reservas de Capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Outras Reservas de Capital

Em decorrência do processo de incorporação das holdings: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. na Vivo Part. (nota 1.e) a Companhia registrou o montante de R\$47.723 nesta rubrica, o qual poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes do processo de incorporação da TDBH ocorrida no exercício de 2006, do processo de incorporação das ações da Vivo Participações realizada em 27 de abril de 2011 e programa de recompra de ações ordinária e preferenciais, realizado no período de 11/08/2011 até 20/10/2011, sendo o valor até 30 de setembro de 2011 de R\$44.365. Em 30 de setembro de 2011, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$66.588.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, a Companhia optou por deixar de constituir a reserva legal, uma vez que o saldo da mesma somado ao saldo das reservas de capital ultrapassou 30% do capital social.

Notas Explicativas

e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da DABR que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

f. Dividendos – Saldo remanescente do resultado lucros acumulados de 31 de dezembro de 2010

Em 18 de março de 2011, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2010 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2010 no montante de R\$1.694.099 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 18 de março de 2011.

A partir de 20 de maio de 2011, teve início pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.429.300 e o pagamento da parcela restante no valor de R\$264.799, será definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

g. Dividendos intermediários – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$382.400, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de junho de 2011, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes dividendos intermediários será iniciado até o final do exercício social de 2011, em data a ser fixada e comunicada pela Diretoria da Companhia.

h. Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011, no montante de R\$1.250.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$1.062.500 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes juros sobre capital próprio será iniciado até o final do exercício social de 2011, em data a ser fixada e comunicada pela Diretoria da Companhia.

Notas Explicativas**24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Serviço de telefonia fixa e móvel	11.898.968	11.460.656	17.296.700	11.488.612
Uso de rede	404.185	392.965	2.550.444	392.965
Dados e SVAs móvel	3.748.169	3.365.395	7.525.157	3.696.018
Serviços de TV por assinatura	-	-	639.073	438.386
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	1.497.544	122.745
Outros serviços	399.509	425.916	739.995	663.694
Receita operacional bruta	<u>16.450.831</u>	<u>15.644.932</u>	<u>30.248.913</u>	<u>16.802.420</u>
Deduções	(5.194.245)	(4.750.866)	(9.789.852)	(5.049.018)
Receita operacional líquida	<u>11.256.586</u>	<u>10.894.066</u>	<u>20.459.061</u>	<u>11.753.402</u>

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Depreciação e amortização	(1.278.460)	(1.065.448)	(2.333.290)	(1.219.203)
Pessoal	(182.639)	(172.410)	(280.403)	(190.622)
Meios de conexão	(265.888)	(230.066)	(383.510)	(264.503)
Interconexão	(3.514.553)	(2.905.984)	(3.396.340)	(3.104.500)
Serviços de terceiros	(1.335.959)	(1.199.182)	(1.956.219)	(1.507.079)
Aluguéis/seguros/condomínios	(15.278)	(13.407)	(243.041)	(16.036)
Impostos, taxas e contribuição	(172.470)	(177.106)	(899.832)	(184.397)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	(60.927)	(76.197)	(60.927)	(76.197)
Outros	(7.615)	(3.171)	(58.207)	(13.134)
Total de custos dos serviços prestados	<u>(6.833.789)</u>	<u>(5.842.971)</u>	<u>(9.611.769)</u>	<u>(6.575.671)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(12.911)	(23.469)	(908.926)	(106.798)
Total	<u>(6.846.700)</u>	<u>(5.866.440)</u>	<u>(10.520.695)</u>	<u>(6.682.469)</u>

26. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Depreciação e amortização	(102.166)	(94.009)	(307.004)	(94.401)
Pessoal	(365.225)	(309.445)	(723.880)	(324.030)
Serviços de terceiros	(1.098.171)	(950.453)	(2.426.839)	(1.008.951)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(229.249)	(263.598)	(369.073)	(316.281)
Aluguéis/seguros/condomínios	(7.834)	(6.508)	(51.018)	(6.842)
Publicidade	(167.697)	(162.507)	(488.357)	(162.492)
Doações e patrocínios	-	-	(171.248)	-
Outros	(10.256)	(28.822)	(59.547)	(30.259)
Total	<u>(1.980.598)</u>	<u>(1.815.342)</u>	<u>(4.596.966)</u>	<u>(1.943.256)</u>

Notas Explicativas**27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Depreciação e amortização	(51.079)	(59.130)	(623.443)	(78.584)
Pessoal	(188.623)	(154.337)	(387.812)	(156.475)
Serviços de terceiros	(294.703)	(294.206)	(586.114)	(315.778)
Aluguéis/seguros/condomínios	(15.944)	(22.005)	(75.965)	(26.034)
Outros	(9.736)	(9.174)	(49.414)	(12.872)
Total	(560.085)	(538.852)	(1.722.748)	(589.743)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Multas e despesas recuperadas	161.102	140.098	256.764	142.307
Aluguel de infra-estrutura	26.996	33.326	78.034	33.326
Doações e patrocínios	(7.213)	(11.802)	(7.213)	(11.888)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(182.618)	(70.724)	(253.302)	(75.631)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos	82.237	(9.913)	105.237	(11.745)
Resultado líquido na venda de investimentos	-	78.518	-	87.151
Serviços técnicos administrativos	29.582	33.498	24.895	27.846
Outras receitas	(25.080)	(50.357)	(11.024)	(76.436)
Total	85.006	142.644	193.391	114.930
Outras receitas operacionais	402.165	477.056	718.529	489.501
Outras despesas operacionais	(317.159)	(334.412)	(525.138)	(374.571)
Total	85.006	142.644	193.391	114.930

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Receitas financeiras	407.360	228.551	807.733	274.393
Receitas de aplicações financeiras	102.648	110.549	257.060	133.237
Ganho com operações de derivativos	111.287	11.425	186.580	11.425
Juros ativos	49.856	27.513	88.506	29.108
Variações monetárias/cambiais ativas	125.895	75.034	182.048	75.803
Outras receitas financeiras	17.674	4.030	93.539	24.820
Despesas financeiras	(439.515)	(355.536)	(853.919)	(362.515)
Juros passivos	(143.317)	(300.327)	(329.266)	(302.693)
Perdas com operações de derivativos	(106.185)	(16.685)	(107.193)	(16.685)
Variações monetárias/cambiais passivas	(150.105)	(8.362)	(241.679)	(9.263)
Outras despesas financeiras	(39.908)	(30.162)	(175.781)	(33.874)
Total	(32.155)	(126.985)	(46.186)	(88.122)

Notas Explicativas

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em setembro de 2011 e de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Set/2010	Set/2011	Set/2010
Lucro antes de impostos	3.141.021	2.559.321	3.765.857	2.568.543
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.067.947)	(870.169)	(1.280.391)	(873.305)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	414.449	(44.122)	-	1.292
Despesas de juros sobre o capital próprio	425.000	132.600	425.000	132.600
Dividendos prescritos	(5.613)	(8.270)	(5.613)	(8.270)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(52.223)	(42.909)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(14.877)	6.380	2.305	(2.249)
Amortização ágio – troca de ações Telemig e Telemig Participações	-	-	30.484	-
Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	1.367	5.056	14.507	5.094
Total geral (IRPJ + CSLL)	(247.621)	(778.525)	(865.931)	(787.747)
Taxa efetiva	8%	31%	23%	31%
IRPJ e CSLL corrente	226.245	777.655	775.088	790.181
IRPJ e CSLL diferido	21.376	870	90.843	(2.434)
Total geral (IRPJ + CSLL)	247.621	778.525	865.931	787.747

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010:

Notas Explicativas

	<u>Set/2011</u>	<u>Set/2010</u>
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da controladora:	<u>2.893.400</u>	<u>1.780.796</u>
Ordinários	916.077	556.483
Preferenciais	1.977.323	1.224.313
Número de Ações:	<u>861.916</u>	<u>505.841</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	290.967	168.609
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	570.949	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	3,15	3,30
Ações preferenciais	3,46	3,63

32. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da Transação	Consolidado					
		Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Receitas	Custos e Despesas
Telefônica Internacional	b) / d) / e) / f)	1.136	16.436	621.710	-	(839)	819
Atento Brasil S. A.	a) / b) / c) / e) / f)	11.115	-	222.425	338	11.387	266.431
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d)	-	-	328.390	-	-	1.950
Telefônica S. A.	d)	891	-	445.847	421	(2.685)	44.500
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	8.310	137	1.358	-	1.158	616
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	2.046	69	27.729	505	1.492	25.589
Telefônica Transportes e Logística Ltda (Antes Cobros Gestão de Serviços)	c) / f)	61	-	33.613	143	-	31.676
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / f)	16.978	1.147	12.235	2.671	1.841	24.386
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	a) / f)	6.035	-	3.042	-	1.998	4.060
Telefônica de Espana S. A.	a) / e)	5.278	-	3.033	-	1.771	1.970
Telefônica da Argentina S. A.	a) / e)	2.914	-	1.624	-	983	809
Outras	b) / c)	39.160	442	34.563	1.150	2.872	6.926
Total		<u>93.924</u>	<u>18.231</u>	<u>1.735.569</u>	<u>5.228</u>	<u>19.978</u>	<u>409.732</u>

a) Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações fixo e móvel, no qual destacamos as empresas Terra Networks Brasil S.A.; Telefônica de Espanha S.A.; Telefônica de Argentina S.A.; Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha; Atento S.A, principalmente por chamadas de longa distância fixa e móvel, comunicação via celular local, interconexão e com a Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda, devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea.

b) Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos por créditos junto à Telefônica Internacional S.A., Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Atento Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

Notas Explicativas

c) Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração, suporte de centros de tele-atendimento e promotores de vendas; Telefonica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviço de tratamento dos sinais de TV e transmissão para satélite com Media Networks Latin. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda e a Telefônica Transportes e Logística Ltda (Antes Cobros Gestão de Serviços).

d) Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica e dividendos e JSCP a pagar para a Telefônica Internacional S.A., SP Telecomunicações Holding Ltda. e Telefónica S.A.

e) Receitas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como 0800, Speedy e longa distância nacional com a Terra Networks Brasil S.A. e Atento Brasil S.A., receita de infra-estrutura de rede locada para a Atento Brasil S.A. e serviços de telecomunicações fixo e móvel principalmente por chamadas de longa distância com Telefonica de Espanha S.A.

f) O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a serviços de administração de centros de atendimento, tele vendas e serviços mercadológicos prestado pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infra-estrutura de transmissão internacional e aluguel de circuitos pela Telefonica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda e Telefonica Internacional Wholesale Services Espanha, despesas de gerência e assistência técnica à Telefónica S.A. e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda e a Telefônica Transportes e Logística Ltda. (anteriormente Cobros Gestão de Serviços).

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 30 de setembro de 2011 foi de R\$8.452 (R\$9.745 em 30 de setembro de 2010). Destes montantes, R\$6.179 (R\$7.102 em 30 de setembro de 2010) correspondem a honorários e benefícios e R\$2.272 (R\$2.643 em 30 de setembro de 2010) a bônus.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A.

Os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$1.659.430
Responsabilidade civil geral (RCG)	R\$31.740
Seguro Garantia Anatel	R\$16.879

34. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Planos	Modalidade	Beneficiários	Patrocinadora
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil S. A., Vivo S.A. e Vivo Participações, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	BD	Sistel	Telefônica Brasil S. A., Vivo S.A. e Vivo Participações, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	TELESP	Telefônica Brasil S. A.
PBS TELESP	BD	VisãoPrev	Telefônica Brasil S. A.
PBS (Telesp Celular, TCO, Tele Sudeste e Tele Leste)	BD	VisãoPrev	Vivo S.A. e Vivo Participações
VIVO PREV	Híbrido	VisãoPrev	Vivo S.A. e Vivo Participações
TCP PREV	Híbrido	VisãoPrev	Vivo S.A.
TCO PREV	Híbrido	VisãoPrev	Vivo S.A.
VISÃO (Telerj Celular, Telergipe Celular, Telebahia Celular, Telest Celular e Celular CRT)	Híbrido	VisãoPrev	Vivo S.A.
PBS TELEMIG CELULAR/CELPREV	BD/Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Vivo Participações
VISÃO ASSIST/VISÃO ATELECOM	CD	VisãoPrev	A .Telecom S.A.
VISÃO TELEFÔNICA EMPRESAS	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Data S.A.
VISÃO TELESP	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil S. A., VisãoPrev Sociedade de Previdência Complementar e Fundação Telefônica.

⁽¹⁾ BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas "Contribuição Variável"

⁽²⁾ Aprovada à transferência da administração dos planos de benefícios para a Visão Prev, através dos Ofícios 1888 e 1889/CGTR/DITEC/PREVIC datados em 18/05/2011, com a efetiva transferência de recursos programada para 01/09/2011.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 1,40% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela

Notas Explicativas

patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme discriminado abaixo:

Plano	%
PBS Telesp	13,41
PBS Telesp Celular	7,02
PBS Tele Sudeste Celular	13,93
PBS Telemig Celular	6,71
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, e para os empregados da Vivo S.A. e Vivo Participações há um plano individual de contribuição definida o Plano Vivo Prev, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telefônica Brasil e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário para os participantes da Telefônica Brasil, e de 2% a 8% do salário para os participantes da Vivo S.A. e Vivo Participações, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira. Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições no montante de R\$2.506 aos Planos Visão/Prev e R\$16 aos Planos PBS.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

Plano	Controladora		Consolidado	
	Set/2011	Dez/2010	Set/2011	Dez/2010
CTB	22.301	20.818	22.301	20.818
PAMA	210.595	198.182	228.939	198.182
PBS	-	-	518	-
Visão	-	-	39	-
Vivo Prev	-	-	1.685	-
Total	232.896	219.000	253.482	219.000

Notas Explicativas

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, no grupo de outros ativos (nota 11).

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que serão realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 30 de setembro de 2011.

	Valor Justo			Custo amortizado		Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurado s ao valor justo por meio do resultado	Coberturas	Disponível para venda	Emprésti- mos e recebíveis	Investimento s mantidos até o vencimento				
Ativos Financeiros									
<i>Circulante</i>									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	-	3.133.550	-	-	-	3.133.550	3.133.550
Operações com derivativos	2.872	-	-	-	-	-	2.872	2.872	2.872
<i>Não Circulante</i>									
Participações Societárias	-	-	34.927	-	-	34.927	-	34.927	34.927
Operações com derivativos	-	140.369	-	-	-	-	140.369	140.369	140.369
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)	-	-	-	-	13.581	-	-	13.581	13.581
Total de Ativos Financeiros	2.872	140.369	34.927	3.133.550	13.581	34.927	143.241	3.325.299	3.325.299

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
<i>Circulante</i>							
Empréstimos e financiamentos (nota 18.1)	-	875.210	-	-	-	875.210	875.210
Debêntures (nota 18.2)	-	408.417	-	-	-	408.417	408.417
Operações com derivativos	408	-	42.436	-	42.844	42.844	42.844
<i>Não Circulante</i>							
Empréstimos e financiamentos (nota 18.1)	-	2.853.659	-	-	-	2.853.659	2.853.659
Debêntures (nota 18.2)	-	888.305	-	-	-	888.305	888.305
Operações com derivativos	-	-	66.050	-	66.050	66.050	66.050
Total de Passivos Financeiros	408	5.025.591	108.486	-	108.894	5.134.485	5.134.485

Notas Explicativas

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	%	Set/2011	Dez/2010
	Partic.	<u> </u>	<u> </u>
Zon Multimídia	0,52	10.225	12.226
Outros investimentos		24.702	30.483
Total		<u>34.927</u>	<u>42.709</u>

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2011, 14,0% (0,95% em 31 de dezembro de 2010) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira. Esta mudança no perfil de dívida deveu-se à incorporação das controladas Vivo Part. e Vivo S.A nas demonstrações contábeis consolidadas. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$705.664 em 30 de setembro de 2011 e R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010) era coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes

Notas Explicativas

direitos e obrigações (US\$ 51.695 e €10.511 a pagar em 30 de setembro de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Participações em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.101.933 (R\$1.547.785 em 31 de dezembro de 2010), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c. Risco de Aceleração de Dívidas

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e sua controlada Vivo possuíam contratos de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que devem ser apurados semestral e anualmente e que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas e todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 1ª e 4ª emissão da Vivo Participações, assumidas pela Companhia em 19 de agosto e 28 de setembro 2011, respectivamente, possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos e todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas, incluindo a relativa à aprovação da transferência pela maioria dos debenturistas.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e

Notas Explicativas

das vendas de aparelhos e cartões pré pagos pré ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de credit scoring, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta a bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de setembro de 2011, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia e suas controladas mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de setembro de 2011, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de swap em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um swap por sua controlada Vivo Participações, o qual está indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série da 4ª emissão de debêntures à variação do índice IPCA. Em sua contratação este swap foi reconhecido como hedge de valor justo.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Valor de referencia (notional)		Valor Justo		Efeito Acumulado		
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010	Valor a receber	Valor a pagar	
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda Estrangeira (a)	Indexador	731.463	19.608	801.735	17.306	149.329	-
BES	USD	-	3.155	-	2.654	-	-
CITIBANK	USD	181.230	-	191.989	-	31.691	-
VOTORANTIM	USD	13.434	16.453	13.655	14.652	-	-
SANTADER	USD	5.478	-	6.466	-	908	-
BRADESCO	USD	76.958	-	76.672	-	272	-
ITAÚ	USD	11.156	-	12.932	-	1.669	-
JP MORGAN	USD	443.207	-	500.021	-	114.789	-
Moeda Estrangeira (b)		28.690	-	28.650	-	16	-
BRADESCO	EUR	190	-	207	-	16	-
ITAÚ	EUR	28.500	-	28.443	-	-	-
Índices de Inflação		72.000	-	91.397	-	15.861	-
Itaú	IPCA	72.000	-	91.397	-	15.861	-
Taxa pós (c)		4.175	86.954	4.173	86.537	7	-
BANCO DO BRASIL	CDI	-	51.025	-	50.647	-	-
CITIBANK	CDI	-	22.047	-	22.048	-	-
CITIBANK	CDI	-	10.012	-	9.980	-	-
HSBC	CDI	-	3.870	-	3.862	-	-
ITAÚ	CDI	4.175	-	4.173	-	7	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)		(760.153)	(19.608)	(782.275)	(44.654)	-	(101.235)
BES			(3.155)		(7.185)	-	-
CITIBANK	CDI	(181.230)	-	(184.611)	-	-	(24.313)
VOTORANTIM	CDI	(13.434)	(16.453)	(33.251)	(37.469)	-	(19.596)
SANTANDER	CDI	(5.478)	-	(5.558)	-	-	-
BRADESCO	CDI	(76.958)	-	(76.763)	-	-	(344)
BRADESCO	CDI	(190)	-	(191)	-	-	(18)
ITAÚ	CDI	(39.656)	-	(39.751)	-	-	(45)
JP MORGAN	CDI	(443.207)	-	(442.150)	-	-	(56.919)
Taxa pós (b)		(72.000)	-	(83.195)	-	-	(7.659)
Itaú	IPCA	(72.000)	-	(83.195)	-	-	(7.659)
Moeda Estrangeira (c)		-	(54.895)	-	(3.876)	-	-
HSBC	USD	-	(3.870)	-	(3.876)	-	-
BRADESCO	USD	-	(51.025)	-	-	-	-
Moeda Estrangeira		(4.175)	(32.059)	(4.167)	(83.192)	-	-
BANCO DO BRASIL	EUR	-	(22.047)	-	(51.125)	-	-
BRADESCO	EUR	-	-	-	-	-	-
HSBC	EUR	-	-	-	-	-	-
CITIBANK	EUR	-	(10.012)	-	(22.253)	-	-
CITIBANK	EUR	-	-	-	(9.814)	-	-
ITAÚ	EUR	(4.175)	-	(4.167)	-	-	-
BNP	EUR	-	-	-	-	-	-
Total reconhecido nas demonstrações						165.213	(108.894)
Provisão de IRRF						(21.972)	
Valores a receber, líquidos IRRF						143.241	(108.894)

a) Swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$705.666) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2014, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor de mercado da dívida financeira de R\$705.664)

b) Swap de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$120.553 – operações de swaps contratadas com vencimentos até 29 de novembro de 2011, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$95.864 em dólar e R\$26.319 em Euro).

Notas Explicativas

c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$91.397) – operações de swap contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$91.397).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 30 de setembro de 2011:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a pagar/receber 30/09/2011
	2011	2012	2013	2014 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(3.038)	(36.964)	(33.542)	121.663	48.119
VOTORANTIM	-	(8.396)	(7.686)	(3.513)	(19.595)
BRADESCO	(74)	-	-	-	(74)
SANTANDER	908	-	-	-	908
CITIBANK	(5.503)	(7.605)	(7.805)	28.291	7.378
ITAÚ	1.631	-	-	-	1.631
JP MORGAN	-	(20.963)	(18.051)	96.885	57.871
CDI x Moeda Estrangeira	(3.562)	(2.109)	(1.981)	15.861	8.209
ITAÚ	(3.562)	(2.109)	(1.981)	15.861	8.209

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de hedge para os seus swaps de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 30 de setembro de 2011, as operações de derivativos geraram um resultado positivo consolidado de R\$79.387 (um resultado negativo de R\$5.260 em 30 de setembro de 2010), conforme nota 29.

Em 30 de setembro de 2011 temos o saldo de R\$143.241 registrado no ativo e o saldo de R\$108.894 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

Notas Explicativas

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	13.655	17.266	20.962
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(13.654)	(17.265)	(20.961)
	Exposição Líquida	1	1	1
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento EUR)	(3.959)	(4.957)	(5.952)
Contas a Receber (Risco queda EUR)	Ativos (Risco valorização R\$)	4.184	5.231	6.276
	Exposição Líquida	225	274	324
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	31.236	40.541	48.708
Contas a pagar em USD	Contas a pagar (Risco aumento USD)	(29.634)	(37.043)	(44.452)
	Exposição Líquida	1.602	3.498	4.256
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	91.397	95.438	97.780
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(91.397)	(95.438)	(97.780)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(140.868)	(147.469)	(154.111)
	Exposição Líquida	(140.868)	(147.469)	(154.111)
Exposição líquida total em cada cenário		(139.040)	(143.696)	(149.530)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(4.656)	(10.490)

Notas ExplicativasConsolidado

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	705.666	907.602	1.120.972
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(705.874)	(907.863)	(1.121.286)
	Exposição Líquida	(208)	(261)	(314)
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco queda EUR)	24.483	30.628	36.788
Contas a receber em EUR	Contas a pagar (Risco aumento EUR)	(26.319)	(32.899)	(39.478)
	Exposição Líquida	(1.836)	(2.271)	(2.690)
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	96.070	121.640	146.093
Contas a pagar em USD	Contas a Pagar (Risco aumento USD)	(95.864)	(119.830)	(143.796)
	Exposição Líquida	206	1.810	2.297
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	91.397	95.438	97.780
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(91.397)	(95.438)	(97.780)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(861.296)	(910.896)	(959.987)
	Exposição Líquida	(861.296)	(910.896)	(959.987)
Exposição líquida total em cada cenário		(863.134)	(911.618)	(960.693)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(48.484)	(97.559)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
USD	1,8544	2,3180	2,7816
EUR	2,5040	3,1300	3,7560
IPCA	7,26%	9,07%	10,89%
CDI	11,88%	14,85%	17,82%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2011, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Incorporação da Vivo Participações S.A.

Em 03 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação, pela Telefônica Brasil S. A., da Vivo Participações S.A., sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Junior, 1464, CEP 04707-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.558.074/0001-73 com a consequente extinção desta, bem como a alteração da denominação social da Companhia para Telefônica Brasil S.A.

Opção de compra das ações ordinárias GRT-T e Lemontree

Em 21 de outubro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que notificou a GTR Participações Ltda. de sua intenção de exercer a opção de compra das ações ordinárias da Lemontree Participações S.A. e das ações ordinárias da GRT-T Participações e Empreendimentos S.A., remanescentes de propriedade destas, correspondentes a 100% das ações ordinárias de tais companhias, sujeita a transferência das respectivas ações, mediante a aprovação prévia da ANATEL.

Recompra das ações ordinárias e preferenciais Telefônica Brasil S.A

Em 07 de novembro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para está recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80.

Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 06 de novembro de 2012, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e até no máximo de 25.207.477 ações preferenciais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Telefônica Brasil S.A. (anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP)
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telefônica Brasil S.A. (anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos aquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 07 de novembro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Hoepfers
Contador CRC - SC021011/O-3-T-PR-S-SP

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da unidade de escala da moeda